

I ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR

Encontro de Trabalho: MUDANÇAS SOCIAIS NO BRASIL E A CONTRIBUIÇÃO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA O PLANEJAMENTO REGIONAL, URBANO E HABITACIONAL

ANALIS DO ENCONTRO

Patrocínio:

FINEP, BNH, CNPq e CNDU

Coordenação e Execução:

ANPUR - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional

Nova Friburgo, 24 a 27 de junho de 1986

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO
E PESQUISA EM PLANEJAMENTO
URBANO E REGIONAL — ANPUR

SEDE DA ANPUR
PUR/UFRJ

Edif. da Reitoria, 5º andar - S.543
Cid. Universitária-Ilha do Fundão
Rio de Janeiro-RJ. CEP 21910
F. (021) 590-1191

CAPA

Danilo Basto Silva

REVISÃO FINAL

Clécio R.N. Adão

REALIZAÇÃO

Martim Smolka

Mônica Fernandes

ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 1., Nova Friburgo, 24-27 jun. 1986. Anais... Rio de Janeiro, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional-ANPUR, 1986. Encadernado com ENCONTRO DE TRABALHO: MUDANÇAS SOCIAIS NO BRASIL E A CONTRIBUIÇÃO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA O PLANEJAMENTO REGIONAL, URBANO E HABITACIONAL, Nova Friburgo, 24-27 jun. 1986. Anais... Rio de Janeiro, ANPUR, 1986.

1. Planejamento Regional 2. Planejamento Urbano 3. Tecnologia da Habitação.
I. ANPUR

CDD-307.7606

SUMÁRIO

	pág.
1. APRESENTAÇÃO	I
2. INTRODUÇÃO	3
3. OBJETIVOS	4
4. ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO	5
5. ÁREA DE PLANEJAMENTO REGIONAL	9
— Síntese do Documento Preliminar	11
— Relatório do Grupo de Trabalho	16
6. ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO	23
— Síntese do Documento Preliminar	25
— Relatório do Grupo de Trabalho	29
7. ÁREA DE TECNOLOGIA DA HABITAÇÃO	35
— Síntese do Documento Preliminar	37
— Relatório do Grupo de Trabalho	44

pág.

8. BALANÇO QUANTITATIVO DA PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA EM PLANEJAMENTO REGIONAL, URBANO E HABITACIONAL (1980 / 1986)	49
— Síntese de Documento Preliminar	51
9. NOTAS DA CONFERÊNCIA: POLÍTICA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. EMÍLIO HADDAD	65
10. ASSEMBLÉIA DA ANPUR	77
11. MOÇÕES APROVADAS	89
12. ANEXOS	93
I — Agenda do Encontro	95
II — Relação dos Participantes	97
III — Glossário	107

APRESENTAÇÃO

O Encontro de Trabalho "Mudanças Sociais no Brasil e a Contribuição da Ciência e Tecnologia para o Planejamento Regional, Urbano e Habitacional" e o I Encontro Nacional da ANPUR foram realizados em Nova Friburgo - Rio de Janeiro, no período de 24 a 27 de junho de 1986.

O Evento foi patrocinado pelos órgãos de fomento à pesquisa — FINEP, BNH, CNPq e CNDU —, sendo responsável pela sua coordenação e organização a ANPUR - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional.

O relatório final dos trabalhos realizados no Encontro de Friburgo é constituído pelos Anais do Encontro e por um documento específico sobre o painel "A Questão Urbana e Regional na Constituinte". A adoção deste formato além de possibilitar uma divulgação mais ampla deste painel, facilitará também sua utilização como documento de apoio para os vários encontros regionais e setoriais programados sobre aquela questão.

O presente volume limita-se assim a uma síntese dos objetivos, organização e funcionamento do Encontro, dos documentos preliminares e dos resultados e recomendações produzidos pelos grupos de trabalho — Regional, Urbano e Habitacional. Inclui, ainda, a conferência sobre "Política Científica e Tecnológica" realizada pelo prof. Emílio Haddad, e finalmente um breve relato da Assembléia da ANPUR, também realizada neste evento.

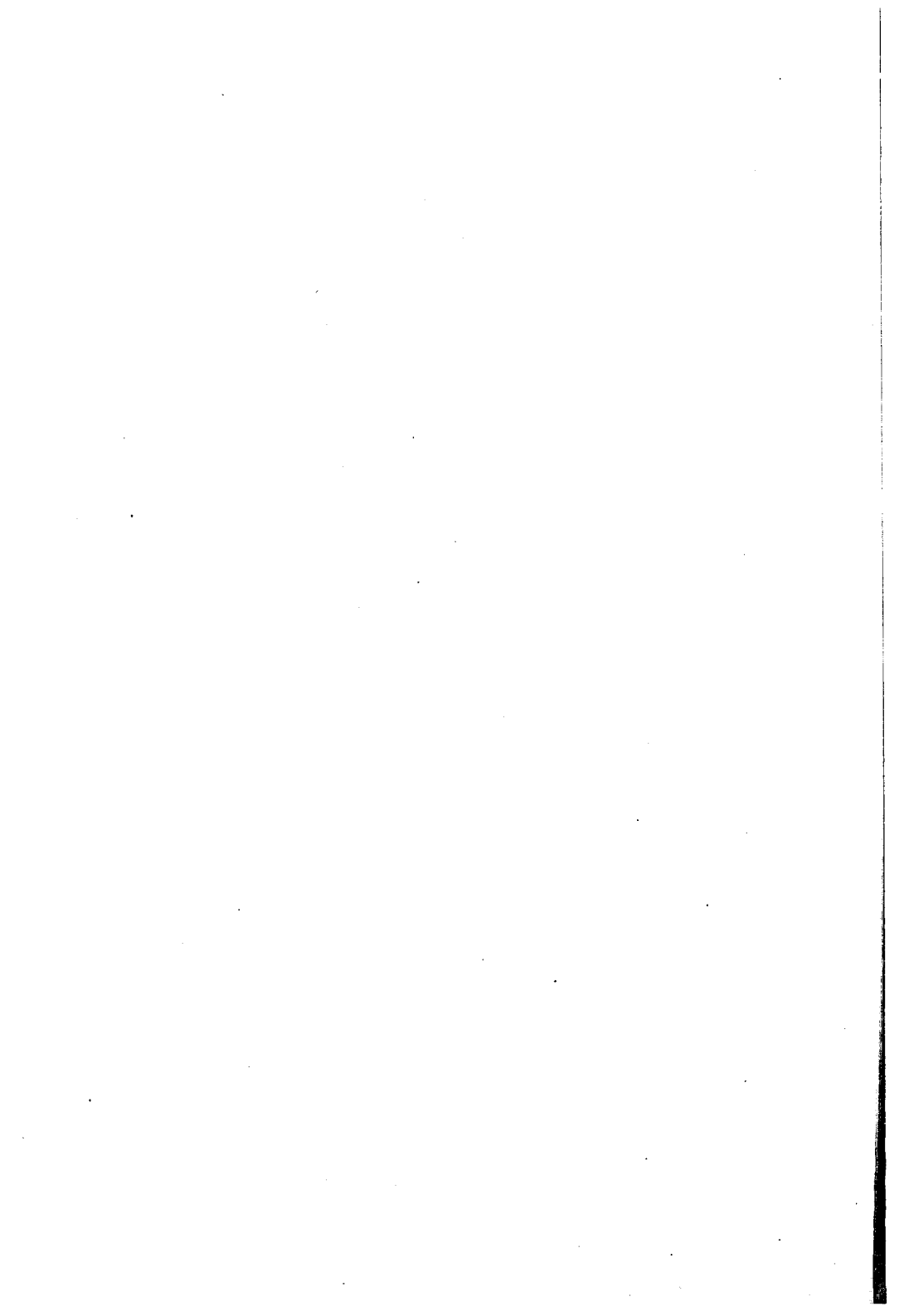
Nesta oportunidade aproveitamos ainda para registrar nossos agradecimentos às instituições patrocinadoras — FINEP, BNH, CNPq e CNDU —, à Reitoria da Universidade Federal do

Rio de Janeiro pelo apoio à realização deste evento e a todas as instituições ⁽¹⁾ que prestigiaram o Encontro custeando a participação de seus representantes. A ANPUR agradece também a colaboração especial dos consultores (CELSO LAMPARELLI, ERMÍNIA MARICATO, WILSON CANO, LEONARDO GUIMARÃES, RAINER RANDOLPH e ESTER LIMONAD) cujo esforço na preparação dos documentos de apoio, em tempo mínimo, foi indispensável para a viabilização do Encontro de trabalho.

A Monica Fernandes, finalmente registramos aqui o reconhecimento pela dedicação com que incumbiu-se pela preparação e organização do Encontro e deste relatório final.

DIRETORIA DA ANPUR

(1) CEPAN, CONESP, EMPLASA, MINTER, SETRABES, SUDENE e a UFRJ



2. INTRODUÇÃO

3. OBJETIVOS

4. ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da pesquisa na área de planejamento regional, urbano e habitacional reclamava a realização de uma avaliação da natureza e qualidade desta produção, bem como de seus resultados no âmbito das instituições de pesquisas e na sociedade como um todo. Não se dispunha, reconhecidamente, de uma avaliação substantiva da produção científica que identificasse suas motivações, seus fundamentos conceituais e metodológicos, as condições humanas e materiais para sua realização, os processos de sua divulgação e apropriação social.

Tentativas neste sentido como a "Avaliação de Áreas" promovidas pelo CNPq e algumas experiências setoriais isoladas — no âmbito da ANPEC, da ANPOCS e de outras instituições — careciam da necessária participação desta comunidade científica, de atualidade e abrangência.

A idéia da realização de um encontro nacional da área de planejamento regional e urbano — construída a partir de reuniões sucessivas entre representantes da ANPUR e dos órgãos de fomento à pesquisa (CNPq, FINEP, CNDU e BNH) — surge, então, do reconhecimento da maturidade da comunidade científica e da necessidade de reiterar a especificidade desta área de pesquisa no âmbito da atuação destas instituições. Como resultado da acomodação das diferentes expectativas e articulações destas entidades entre si e com a ANPUR emergiu como formato final possível para este evento a realização conjunta do Encontro de Trabalho "Mudanças Sociais no Brasil e a Contribuição da Ciência e Tecnologia para o Planejamento Regional, Urbano e Habitacional" e o I Encontro Nacional da ANPUR.

As agências de fomento, notadamente a FINEP e o CNPq interessava-lhes a obtenção de subsídios para suas atuações na área, mais especificamente, uma delimitação temática mais

clara e critérios mais explícitos e/ou objetivos para a aloca
ção de recursos e definição de suas ações programáticas.

Para a ANPUR, a realização de um I Encontro Nacional que reunisse de forma bem mais ampla os representantes das di
versas instituições universitárias e centros de pesquisas que vêm atuando de forma regular e permanente na área — significaria a possibilidade de sua consolidação e afirmação enquanto Associação Científica. Uma Assembleia Geral, assim constituída, asseguraria a desejada maior participação de sua comunidade nos debates acerca da reformulação dos seus estatutos e estabelecimento de um programa de trabalho relevante.

03

OBJETIVOS

O Encontro de Trabalho teve por objetivo geral avaliar a produção de pesquisa na área nos últimos 5 anos, proporcionando a troca de informações entre os programas de pós-graduação, órgãos de fomento à pesquisa, outras instituições produtoras e usuários da pesquisa.

Como objetivos específicos, previa-se a elaboração de uma proposta de classificação temática das subáreas do pla
nejamento regional, urbano e habitacional; a identificação das lacunas nas linhas temáticas observadas na área, suas cau
sas e medidas para superação dos problemas daí decorrentes; e finalmente, o fornecimento de subsídios específicos a uma política científica para a área de planejamento regional, urbano e habitacional.

ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

O Encontro foi realizado no período de 24 a 27 de junho, no hotel Garlipp em Nova Friburgo, Rio de Janeiro.

Participaram do evento aproximadamente 110 pesquisadores convidados de diversas instituições de pesquisas universitárias e não universitárias, distribuídos nas três subáreas do Encontro — Regional, Urbano e Tecnologia da Habitação —.

GRUPOS DE TRABALHO

Os trabalhos desenvolveram-se fundamentalmente na forma de grupos de trabalhos apoiados por documentos preliminares elaborados sob encomenda para este fim e distribuídos antecipadamente aos participantes. Estes documentos constaram do seguinte:

— Estudos sobre a Questão Regional

Wilson Cano

Leonardo Guimarães

— Elementos para Avaliação do Estágio Atual das Pesquisas Ligadas ao Planejamento Urbano

Celso Monteiro Lamparelli: Coordenação

Eneida M.M. Zanella Aquino: Auxiliar de pesquisa

— Pesquisa em Ciência e Tecnologia (área de tecnologia da habitação)

Erminia Maricato: Coordenação

Nilton Vargas

Jorge Hagine Oseki

Paulo Cesar Xavier Pereira

— Balanço Quantitativo da Produção Técnico-Científica em Planejamento Regional, Urbano e Habitacional (1980/1986)

Rainer Randolph

Ester Limonad

As seguintes questões foram propostas para a orientação das discussões nos três grupos temáticos:

- Fundamentos paradigmáticos — tratava-se de identificar os trabalhos a partir do reconhecimento de suas matrizes teóricas e de sua vinculação à produção anterior do autor ou de outros pesquisadores;

- Condições de produção — tratava-se de construir um quadro de condições operacionais que cercam o desenvolvimento do trabalho de investigação, envolvendo considerações sobre o apoio institucional, a capacitação do pessoal, a adequação dos recursos financeiros e materiais disponíveis e, finalmente, as fontes e acesso aos dados e informações utilizados;

- Apropriação social — tratava-se de examinar a assimilação dos trabalhos avaliados, considerando a forma como foram ou podem ser divulgados e/ou aplicados seus resultados.

Como forma de estimular as discussões dos grupos de trabalho foi realizada uma conferência pelo prof. Emílio Haddad (USP) tendo como tema a "Política Científica e Tecnológica".

ABERTURA DO ENCONTRO

A mesa da Sessão de Abertura foi constituída pelo prof. Ricardo Farret (Presidente da ANPUR), prof. José Galbinski (Secretário Executivo da ANPUR), ambos da Universidade de Brasília; pelo Dr. Gervásio Cardoso de Oliveira (Secretário

rio Executivo do CNDU); Dr. Celso Alves da Cruz (Diretor da FINEP) e pelo Deputado Federal Djalma de Souza Bom (Presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara Federal).

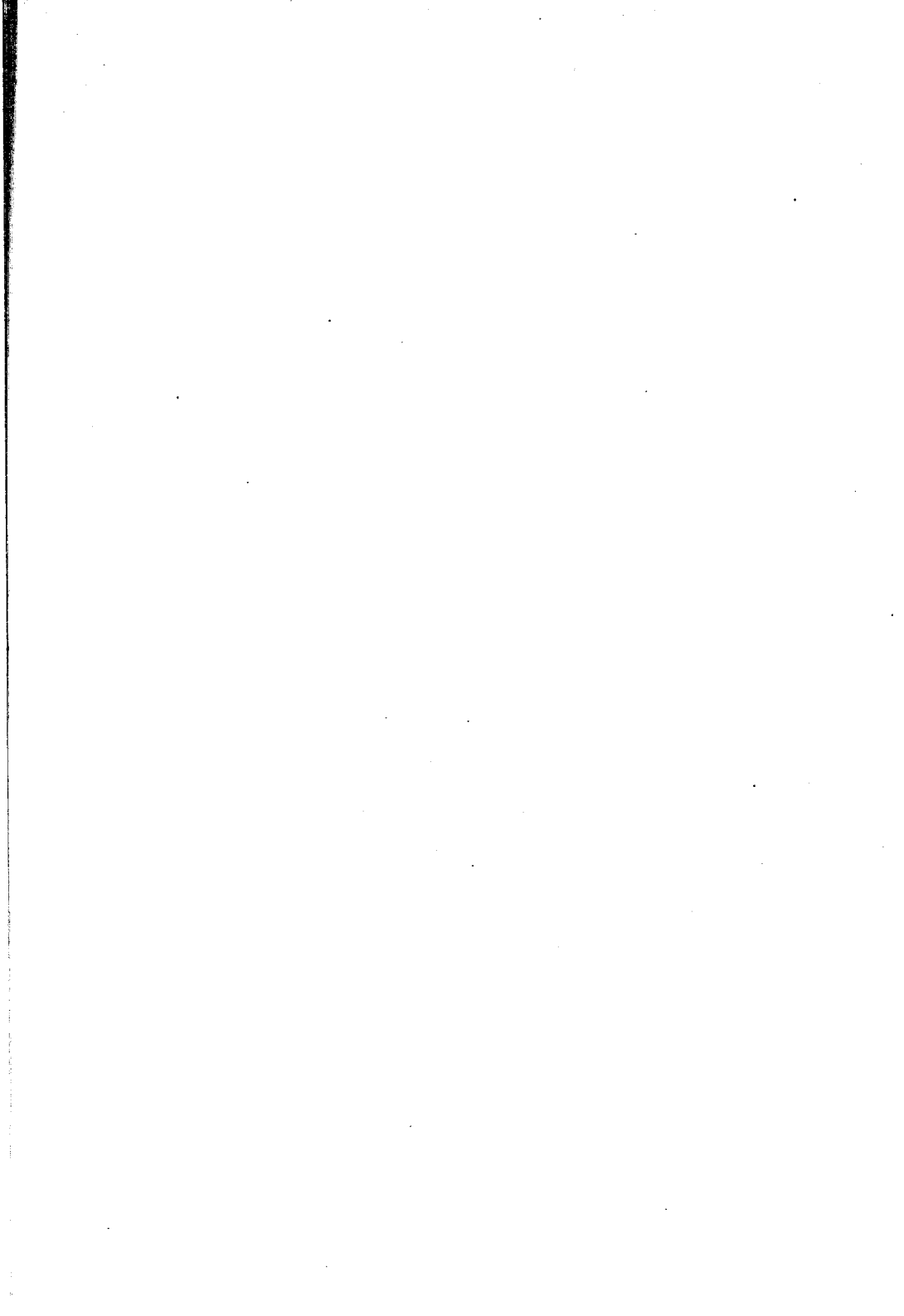
Após os discursos pronunciados pelos participantes da mesa e a apresentação da organização e funcionamento dos trabalhos do Encontro, os consultores responsáveis pela elaboração dos documentos preliminares apresentaram uma síntese dos respectivos trabalhos. Cabe destacar sobre este ponto a ressalva feita pela coordenação do Encontro quanto ao tempo exíguo que os consultores dispuseram para desenvolver seus trabalhos, lembrando-se que a realização deste evento estava prevista originalmente para o mês de abril.

PLENÁRIA FINAL

Participaram da mesa da Sessão Plenária, o Presidente e Secretário Geral da ANPUR e o representante da FINEP Dr. Reynaldo Guimarães. Foram submetidas e aprovadas nesta reunião as conclusões gerais dos três subgrupos de trabalho — Regional, Urbano e Habitacional, obtidas após dois dias de discussões específicas.

I ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR

A ANPUR reuniu-se em três assembléias gerais dando cumprimento a agenda de discussão proposta, envolvendo: incorporação de novos membros à Associação, reformulação nos estatutos e eleição da nova diretoria. Ainda no âmbito do Encontro da ANPUR, foi realizado o painel "A Questão Urbana e Regional na Constituinte", tendo como moderador o prof. Luiz Cesar Queiroz Ribeiro (PUR/UFRJ) e como expositores: Bertha Becker (UFRJ), Cândido Malta Campos Filho (FAUUSP), Manoel André da Rocha (CNDU), Maurício Nogueira Batista (CNDU) e Thierry Linard (indicado pela CNBB).



5. ÁREA DE PLANEJAMENTO REGIONAL

- Síntese do Documento Preliminar
- Relatório do Grupo de Trabalho

SÍNTESE DO DOCUMENTO PRELIMINAR

Estudos sobre a Questão Regional

Wilson Cano e Leonardo Guimarães

O documento por nós elaborado constitui versão preliminar de uma resenha bibliográfica sobre Economia Regional no Brasil, e, certamente contém algumas omissões conscientes e também inconscientes.

Limito-me às suas linhas mais gerais. Havia preparado um resumo de algumas páginas, mas acho que não há tempo para leitura. Assim, o que se segue é o relacionamento das constatações mais relevantes sobre o exame dos trabalhos que consideramos importantes a respeito da questão regional.

Da análise que fizemos sobre a produção e planejamento urbano e regional os pontos que achamos mais importante para aqui apresentar, no resumo do trabalho, são os seguintes:

1) Acreditamos que houve um avanço significativo nas últimas décadas em matéria de conhecimento da questão regional. Isso não somente a nível de cada região específica, mas a nível de Brasil e à medida que o capitalismo se aprofunda em cada uma das regiões. Esse avanço, evidentemente, não ocorreu de maneira muito sistemática e por isso deixou lacunas importantes tanto na produção de informações básicas, imprescindíveis para o avanço no conhecimento sobre a questão regional, quanto em estudos e pesquisas que achamos fundamentais. No que se refere à produção de informações básicas, gostaríamos de fazer referência aos agregados econômicos, às relações comerciais entre as regiões, ao sistema financeiro e ao modo como ele atua nas diversas regiões. São pontos que ainda faltam e são necessários ao avanço no conhecimento desse processo geral.

No que se refere a lacunas nos temas pesquisados, em

bora haja vários estudos específicos na área de atuação do Estado, eles se centram em geral no estudo do confronto entre intenções do Estado e/ou os objetivos dos seus programas e resultados obtidos, sem descer à análise do Estado como representativo de classes sociais e à maneira como as classes se apropriam dos programas desenvolvidos pelo Estado nas suas políticas regionais. Isso para nós é de suma importância nos estudos da questão regional. Além disso, as relações de trabalho em cada uma das regiões e a sua heterogeneidade no Brasil estão a exigir um conjunto de análises sobre o mercado de trabalho. Este é também, para nós, um ponto relevante, ausente na produção sobre a questão regional.

2) A respeito do caráter assistemático que parece ser uma constante em todas as áreas, o que observamos na questão regional é uma verdadeira geração espontânea de pesquisas. Há um desentrosamento total e mesmo um desconhecimento dos centros responsáveis pelos estudos sobre a questão regional, não somente dos pesquisadores em relação a outros estudos produzidos como dos próprios centros de pesquisa regional. E não próprio esforço que fizemos isso ficou patente. O que vale registrar é que isto ocorre não obstante o fato de a maioria das pesquisas serem financiadas pelo próprio setor público e de existir, a nível de administração superior (ministérios, inclusive), entidades que poderiam exercer um esforço de compatibilização das pesquisas nesse sentido. Este caráter assistemático continua apesar de algumas experiências de coordenação, muito específicas, que foram desenvolvidas e que tiveram resultados bastante significativos. É o exemplo do estudo sobre os fluxos migratórios coordenado pelo Ministério do Interior. Esse estudo foi feito levando em conta a experiência de vários institutos de pesquisa e planejamento, que resultaram, sem dúvida, um avanço importante numa área específica e de grande importância para entendimento da questão regional.

3) Tentamos pesquisar e examinar um pouco a questão da apropriação social, ou seja, como essas pesquisas são apro

priadas socialmente. Identificamos dois aspectos: o 1º que indaga até onde as pesquisas vão, no sentido de influir ou servir de base para o nível decisório; e o 2º, até onde são difundidas ou divulgadas junto a um público maior. No que se refere ao aspecto de apropriação social, observamos que, apesar desse avanço que consideramos significativo, o nível decisório do planejamento regional brasileiro não incorpora as conclusões dos estudos. É verdade que ao nível do discurso, das intenções dos planos e dos programas, estão presentes algumas das constatações relevantes. No entanto, as considerações sobre os desvios e distorções pouca influência tiveram na ação concreta do Estado na questão regional.

Quando se examina o caso do Nordeste, fica mais patente ainda o contraste entre o avanço no conhecimento da realidade nordestina e a continuidade das políticas que acentuam desigualdades sociais na região. Quanto a questão da difusão através dos estudos, o fato de a maior parte deles estarem, ainda, na forma de textos datilografados que dificilmente tomam a forma de exemplar (maior circulação), é um dado bastante significativo, já que tais textos têm uma difusão muito restrita, talvez só a nível de pesquisadores, dos próprios produtores dessas informações.

4) Um outro ponto que tentamos examinar foi a matriz teórica dos textos. Na ausência de uma pesquisa sistemática sobre o que se produziu nas últimas décadas a respeito da questão, torna-se bastante difícil apresentar algumas conclusões mais consistentes. O que pudemos evidenciar, foi que a maioria dos trabalhos recentes se orientam muito mais para a análise do processo histórico dessas regiões e para o exame do processo desigual da acumulação do capital nos distintos espaços econômicos. Cada vez mais essas pesquisas superam aqueles estudos anteriores que davam mais ênfase aos procedimentos metodológicos de corte neoclássico, à economia neoclássica em seus vários desdobramentos.

5) No final do texto fazemos algumas recomendações

que vão desde a necessidade de promoção de uma pesquisa sistêmica de levantamento dessas informações que leve em conta os objetivos, os aspectos teóricos, a difusão, etc. até a montagem do sistema de documentação sobre os problemas regionais, envolvendo publicações de boletins mais simples sobre os trabalhos à medida que vão sendo feitos e sobretudo o problema da integração das entidades em trabalhos comuns; ou para preencher lacunas específicas reconhecidas. É também proposta a integração através da definição de uma iniciativa coletiva de pesquisa na área regional. Aachamos que o esforço deve ser orientado nesse sentido sobretudo por conta do desperdício da duplicação.

O documento matriz que nos foi enviado mostra uma certa confusão metodológica sobre a questão regional. O que é regional? A "questão regional" é tanto pertinente à Amazônia quanto ao município de Rio Branco no Acre? O Plano Diretor também é um planejamento regional? Aachamos que deve haver um esforço metodológico para se criar uma certa especificidade.

Segunda questão: o produto feito não atende ao fundamento adequado? O esforço que fizemos resultou num documento que tenta mostrar uma resenha crítica da produção mais relevante, discutindo a questão regional no Brasil. É um documento que eu apelaria para a ANPUR para publicar de forma mais simples possível, passar isso para as Universidades porque, modéstia à parte, acreditamos que seja uma ferramenta útil para os estudos de economia regional no país.

Na questão da apropriação social, antecipando a discussão para amanhã, colocaríamos: quais os canais adequados para sua divulgação? Na questão especificamente regional o problema do regionalismo e do "bairrismo" é um entorpecedor da apropriação social. É uma questão que deve ser discutida. A tecnocracia e o autoritarismo ainda persistem nisso porque essas questões não são abolidas por decreto, segundo uma prática política inequívoca. Alguns documentos tentam planejar a região como se fosse algo quase que autônomo, ignorando a eco

nomia nacional, quando, na verdade, o processo deveria ser inverso. Sobre a necessidade da pesquisa, levantada pelo Leonardo, achamos que tem que se colocar um confronto na investiga-ção entre os produtores dos prognósticos políticos e os usuários para ver se eles se entendem ou pelo menos para que um tome conhecimento do que o outro faz. No momento, a questão do enfoque teórico do planejamento regional pouco se diferenciou do que se fazia na década de 60. A produção política avançou e isso tem que ser repensado; um pouco mais de radicalização nessas questões não seria mau. E portanto essa questão deve tomar uma abrangência maior assim como o urbano, que deve repensar o rural como parte integrante do processo de urbanização, e a habitação que não pode estar desvinculada do urbano e do regional, nem, tampouco, da especulação.

RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO

— Planejamento Regional —

COORDENADOR: Carlos Bernardo Vainer

RELATORES : Hermes Magalhães Tavares
Roberto Smith

1 - QUESTÃO REGIONAL E DEFINIÇÃO METODOLÓGICA DE NÍVEIS DE ANÁLISE.

1.1 - Os trabalhos nesse item desenvolveram-se em torno das propostas de pauta e da monografia elaborada para o Encontro pelos profs. Leonardo Guimarães e Wilson Cano.

1.2 - A proposta de pauta (ANEXO) dos professores citados polarizaram, inicialmente, as discussões. Várias observações foram feitas a esta proposta, cabendo destacar as seguintes:

- a) a utilização do conceito micro-região é inadequada; serve apenas ao IBGE, que a emprega institucionalmente. Em seu lugar, sugerem-se sub-região ou simplesmente região;
- b) a classificação dos autores tem caráter operacional, para fins de catalogação bibliográfica (observação com a qual os autores estão de acordo);
- c) o conceito de região não deveria privilegiar a noção de escala, pois a pesquisa não é feita nesta ou naquela escala, mas enfrentando, abordando um problema.

1.3 - Aprovou-se, finalmente, a pauta com os seguintes itens:

- I) A questão regional e definição metodológica de níveis de análise.

II) Avaliação das pesquisas sobre a questão regional.

III) Política de pesquisa.

1.4 - Sobre o primeiro item da pauta acatou-se a decisão de discutir a monografia elaborada por Guimarães e Cano. Algumas críticas foram feitas ao trabalho, dentre as quais destacamos:

- a) Partindo-se de sua concepção teórica — formação histórica e desenvolvimento desigual — o documento é parcial porque: i) o planejamento regional não está contemplado; ii) o Sudeste e a questão da fronteira, por exemplo, não foram tratados.
- b) Estudos de história econômica, como a "Formação Econômica do Brasil", de Celso Furtado — incluídos na monografia não podem ser considerados regionais.

1.5 - Os autores do texto argumentaram que seu trabalho constitui uma resenha das principais pesquisas da área e que a classificação adotada atende a esse propósito, além de poder ser útil para fins bibliográficos.

1.6 - O representante da FINEP no Encontro assinalou o objetivo desse órgão — conhecer o que se faz na área e quais as suas necessidades — e que, nesse sentido, a monografia ad hoc é um primeiro passo nessa direção.

2 - AVALIAÇÃO DE PESQUISAS: CONDIÇÕES E PROBLEMÁTICAS

2.1 - A forma prevalecente de produção de pesquisas na área é do tipo "produção espontânea", dado o isolamento dos pesquisadores.

2.2 - Com relação aos esforços para superar as lacunas existentes na área de Planejamento Regional, foi sugerido:

- a) Que os usuários, quer instituições públicas financiadoras ou outras, quer os próprios pesquisadores, explicitem temas e necessidades de informação;
- b) Que é necessário um esforço de difusão da produção científica na área. Nesse aspecto, as sugestões são:
 - inventário e resumo das teses sobre a questão regional;
 - publicação de sumários de produção científica da área regional, seguindo um modelo próximo ao do IPEA, em sua publicação "Resenha Bibliográfica", devendo a ANPUR encarregar-se dessa tarefa.
- c) Que se deve estimular um maior intercâmbio entre os órgãos financeiros de pesquisa e os centros de pesquisa e pesquisadores individuais;
- d) Que se evite a duplicação de esforços e que sejam incorporadas as experiências existentes, no tocante à divulgação da produção científica na área.

3 - POLÍTICA DE PESQUISA

3.1 - Foi sugerido que o Programa da área de Planejamento Regional deve assegurar a demanda espontânea por parte dos pesquisadores. Nesse sentido, o Programa deve estabelecer apenas linhas de pesquisa e não prioridades rígidas.

3.2 - Lembrou-se a importância dos meios de apoio à pesquisa e que estes devem estar contemplados na política para a área.

3.3 - O representante da FINEP ressaltou a expectativa desse

órgão com relação ao Encontro, qual seja, a de obter subsídios para a elaboração de um Programa de Apoio à pesquisa para a área.

A FINEP está buscando um novo modelo de atuação e de relacionamento com as instituições e pesquisadores da área de Planejamento Regional, evitando ou reduzindo o dirigismo.

Considera que este Encontro é apenas a primeira etapa visando ao diálogo entre os financiadores e os centros de pesquisa na área.

LINHAS DE PESQUISA

3.4 - Quanto a temas que comporiam uma linha de pesquisas para a área, Wilson Cano fez a seguinte proposta:

- a) Caos urbano, com destaque para os seguintes pontos:
 - Migrações inter-regionais;
 - Políticas de descentralização industrial;
 - Estudo da Reforma Agrária;
 - O futuro próximo da industrialização regionalizada;
 - Dinâmica do Setor Terciário.
- b) Discussão sobre a questão teórica, particularmente no que tange a uma avaliação da "Ciência Regional".
- c) Estudo das especificidades do caso brasileiro na análise do urbano e do regional e relações inter-setoriais e apreciação dos diferentes sistemas urbanos.
- d) Estímulo das agências para uma reflexão conceitual sobre a área e a recuperação da grande produção intelectual internacional, principalmente a

latino-americana.

- e) Estudo das linhas demarcatórias que incorporem as tensões entre o regional e o urbano e a inter-relação entre o urbano e o rural.

3.5 - A partir desta sugestão, acatou-se uma proposta mais su
cinta, composta dos seguintes pontos:

- a) Estudos conceituais na área de planejamento regional.
- b) Regionalização e inter-relacionamento cidade-campo.
- c) Avaliação de políticas e impactos.
- d) Inter-relação entre desenvolvimento regional e ur
bano.

3.6 - Foram feitas, ainda, as seguintes sugestões:

- a) Implantação de esquema cooperativo interinstitucional (entre centros de pesquisa).
- b) Constituição de grupos de trabalho permanentes, na linha da prática da ANPOCS, podendo estes contar com o apoio dos órgãos financiadores.
- c) Incentivo à inter-relação entre centro de pesquisa, sob a forma de intercâmbio de pesquisadores, para a realização de pesquisas, cursos, dissemina
ção e troca de conhecimentos.
- d) Necessidade de ressaltar, em cada linha temática, a importância dos estudos e alternativas tecnológicas.
- e) Finalmente, destacou-se a necessidade de que seja reforçado o apoio dos órgãos financiadores, sob a forma de bolsas de estudo a estudantes, e financiamento à pesquisa.

ANEXO

PROPOSTA DE PAUTA: PROBLEMÁTICA REGIONAL

1. Avaliação da Política de Desenvolvimento Regional.
 - a) crítica às recentes políticas de desenvolvimento regional;
 - b) desenvolvimento econômico regional e políticas sociais;
 - c) desempenho dos órgãos regionais do desenvolvimento.
2. Economia e Política Regional: definição metodológica de níveis espaciais de análise.
 - a) Macrorregião;
 - b) Estado(s);
 - c) Microrregiões;
 - d) Municípios/Urbanização;
 - e) Distritos Industriais.
3. Avaliação de pesquisas sobre a questão regional.
 - a) viabilidade e necessidade de uma avaliação;
 - b) procedimento para uma avaliação;
 - c) implantação de um processo de avaliação.
4. Política de pesquisa sobre a questão regional.
 - a) viabilidade e necessidade de uma política de pesquisas;
 - b) definição de procedimentos para definir tal política;
 - c) definição do procedimento para sua implantação.
5. Linhas básicas de pesquisa sobre a questão regional.
 - a) pesquisas básicas (produção de dados básicos que permitam o avanço nos estudos sobre as regiões brasileiras);
 - b) temas prioritários.

6. ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO

- Síntese do Documento Preliminar
- Relatório do Grupo de Trabalho

SÍNTESE DO DOCUMENTO PRELIMINAR

Elementos para Avaliação do Estágio Atual das Pesquisas ligadas ao Planejamento Urbano

Celso Monteiro Lamparelli.

Com muita relutância aceitei a tarefa de preparar este estudo, que deverá encaminhar a discussão e balanço da produção de conhecimentos nas áreas de pesquisa ligadas ao Planejamento Urbano. Primeiro pela heterogeneidade e insuficiência das informações disponíveis. Segundo pela amplitude e indefinição do campo de pesquisa que o termo "urbano" pode abarcar. Terceiro por não ter tido muitas oportunidades de contatos recentes e sistemáticos com todos os núcleos de pesquisa. Finalmente pelo prazo reduzido que os organizadores do Encontro estipularam.

Assim, peço desculpas pela minha ousadia e passo a resumir o conteúdo fundamental do "Documento Preliminar":

O exame dos dados fornecidos levou-me a um trabalho preparatório de identificação, seleção e classificação de 470 títulos de pesquisas, com graus variados de informações. A primeira parte do Documento, portanto, trata de compor um quadro de variáveis e critérios para a sua classificação, de modo a tipificar e caracterizar o universo das pesquisas levantadas. Foram utilizadas oito variáveis, a saber: 1 e 2 - O Estado e a Instituição que as produziram; 3 - As condições de apoio e financiamento; 4 - A forma de produto que a pesquisa assumiu; 5 - As possíveis maneiras indicadas de apropriação social; 6 - O objeto central de estudo; 7 - A natureza e objetivos da pesquisa; e 8 - A amplitude territorial do objeto material de estudo.

A segunda parte procura construir e analisar 10 quadros com cruzamentos entre duas das variáveis, de modo a mos-

trar a distribuição e algumas relações de maior interesse. Para cada quadro iniciamos uma interpretação que poderá ser discutida e completada durante o Encontro. Como exemplos de traços nítidos do perfil do universo estudado pode-se constatar:

- a) maior concentração da produção nacional em São Paulo (213), Rio de Janeiro (76) e Brasília (70) totalizando 76% dos 470 títulos;
- b) as pesquisas com ênfase nos levantamentos empíricos perfazem 62%, ou seja 290 títulos;
- c) os três temas mais freqüentes relacionam o "Urbano" com o Estado (104), com a produção do espaço (85) e com a habitação (86) representando 59% do total;
- d) 44% das pesquisas visam à produção de dissertações de mestrado, totalizando 206 títulos;
- e) a metade das pesquisas trata de temas específicos de realidades locais, e na sua maioria se resumem em estudos de caso;
- f) dois terços dos títulos não indicam nenhum tipo de financiamento recebido.

Análises mais detalhadas deverão ser encontradas no "Balanço Quantitativo..." elaborado competentemente, pelos professores Rainer Randolph e Ester Limonad do PUR/UFRJ, que será também apresentado como subsídio ao Encontro.

Voltando ao nosso Documento Preliminar, podemos encontrar mais três partes, cada uma das quais encaminha a discussão de um aspecto central da problemática da produção científica na área em foco.

A terceira parte aborda as questões teóricas julgadas de maior atualidade destacando-se:

- a) a dicotomia freqüente entre pesquisa "pura" e "a-

plicada";

- b) a competição confusa entre paradigmas pouco explícitos ou sob formas dogmáticas;
- c) a natureza multidisciplinar do Planejamento Urbano e as dificuldades de integrar teorias e métodos de diferentes origens;
- d) a carência de sínteses gerais face à dispersão em pirista e à prevalência da análise setorial;
- e) a diversidade dos pontos de vista que focalizam a complexidade do fenômeno urbano criando prismas de abordagem de difícil interação;
- f) a necessidade de sistematizar e hierarquizar as diferentes teorias condutoras dos estudos e pesquisas sobre o Urbano, em função dos problemas que procuram compreender e explicar, assim como o estudo das origens históricas dessas teorias.

A quarta parte inicia uma discussão dos obstáculos e das dificuldades da prática da pesquisa nas condições atuais das estruturas institucionais, da crise e fase de transição das nossas universidades, da política de fomento e desenvolvimento científico e tecnológico. Nesse sentido propõe estimular programas integrados de pesquisa a serem desenvolvidos si multaneamente por diferentes instituições, sobre temas e problemas de grande interesse, criar e consolidar os grupos permanentes de pesquisa que garantam um trabalho coletivo e contínuo, redefinir os prazos de financiamento para respeitar os ritmos de maturação e exigir produtos intermediários para divulgação e análises comparativas.

A parte cinco esquematiza algumas preocupações em torno da interação entre as atividades de pesquisa e as necesidades da nossa sociedade: como superar o pêndulo entre o especulativo e o pragmático. A reformulação da política de pes-

quisa, para fazer interagir a produção de conhecimentos e as transformações da sociedade supõe:

- a) revisão dos temas e linhas prioritárias a partir dos problemas emergentes da intensa urbanização e os novos arcabouços institucionais, instrumentos jurídicos e estruturas políticas que deverão surgir neste período constitucional;
- b) identificação dos agentes transformadores, suas formas de ação, necessidades, objetivos e lutas;
- c) práticas de pesquisas e divulgação que aumentem a capacidade de comunicação e cooperação com os agentes e classes que produzem, usam e sofrem as condições urbanas;
- d) articulação permanente entre o trabalho intelectual e a ação política;
- e) liberdade e tempo de pesquisa para acumular e avançar conhecimentos prospectivos, ampliando nossa capacidade e previsão, sem o que nunca seremos planejadores.

Muito obrigado.

RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO

— Planejamento Urbano —

COORDENADOR GERAL: Jorge Dantas e José Galbinski

COORDENADORES DO SUBGRUPOS: Luiz Cesar Queiroz Ribeiro

Carlos Nelson F. dos Santos

Pedro Jacobi

RELATOR GERAL: Jorge Dantas

RELATORES DOS SUBGRUPOS: Ana Clara Torres Ribeiro

Carlos Nelson F. dos Santos

Ester Limonad

José Galbinski

1 - SOBRE A PRODUÇÃO CIENTÍFICA

1.1 - Divulgação Sistemática da Produção Científica da Área.

Considerando serem escassos os meios de divulgação da produção científica na área são sugeridas as seguintes medidas:

- a) Inclusão de recursos financeiros destinados à divulgação nos financiamentos de pesquisas concedidos por organismos de fomento. Estes recursos específicos devem ser considerados como parcela do financiamento global.
- b) Reivindicação de recursos para divulgação sistemática dos resultados-conclusões de Simpósios, Encontros ou Congressos sobre temas da área.
- c) Realização de resenhas sobre a produção científica da área de forma a dar a conhecer o "estado da arte" e a produção das diferentes instituições de pesquisas nacionais.
- d) Necessidade da manutenção e expansão do Boletim da ANPUR como veículo de articulação das institui

ções filiadas e da comunidade científica.

- e) Necessidade da manutenção do Boletim Habitat do CNPq como veículo de divulgação da produção e de eventos nacionais e internacionais.
- f) valorização de publicações científicas nacionais da área, já existentes. A revista Espaço & Debate apresenta-se como periódico a ser valorizado, estabelecendo-se com ela condições para divulgação dos eventos e principais intervenções da ANPUR em torno da questão urbana/regional.
- g) Estímulos a publicações de teses de mestrado e doutorado na área. Organização pela ANPUR de concurso nacional visando a publicação anual das três melhores teses do ano.
- h) Promover entendimentos com órgãos públicos que atuam na área no sentido deles promoverem a divulgação de seu acervo técnico, sem omissão dos nomes dos autores.

1.2 - Apoio à Produção Científica da Área.

Considerando a escassez de recursos financeiros alocados à produção científica da área e a deficiência de dados e informações para a realização de estudos, sugere-se:

- a) Realização de entendimentos para que diferentes órgãos públicos (Ministérios, Superintendências Regionais, Empresas Públicas, etc.) que atuam na área consolidem programas para financiamento/contratação de estudos/pesquisas, ampliando as fontes de recursos para além das agências de fomento.
- b) Criação de exigências de estudos sobre impactos urbanos em grandes projetos públicos e/ou privados em meio urbano.

- c) Realização de campanha e encontros tendo em vista obter financiamentos de empresas privadas. Deverão ser analisadas as possibilidades de aplicação da Lei Sarney (incentivos fiscais).
- d) Encetar esforços no sentido de ser facultado à comunidade científica de pesquisadores acesso às informações/dados produzidos por organismos governamentais (FIBGE, BNH, Superintendências de Desenvolvimento Regional, Entidades Metropolitanas, Organismos de Planejamento Setorial, etc.).
- e) Realizar entendimentos com órgãos públicos que produzem dados no sentido de normatizar esta produção tendo em vista a utilização de tais dados em trabalhos de pesquisa. Em especial esta recomendação se aplica à FIBGE na realização de seus diferentes censos, tendo em vista compatibilidade de dados entre censos.

2 - ATUAÇÃO PERMANENTE DA ANPUR

Como requisitos para a produção e a apropriação social do conhecimento na área, sugeriu-se como atuação permanente da ANPUR:

- a) Reivindicar dos organismos de fomento a participação de membros da comunidade, por ela indicados e com ela compromissados, como representantes junto aos conselhos destes organismos.
- b) Criação de mecanismos de informação que permitam à comunidade científica o acompanhamento de projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, bem como das decisões de diferentes órgãos governamentais, referentes à problemática urbana no país.
- c) Participação da ANPUR na promoção do debate nacio

nal em torno da reforma urbana, com inclusive constituição de uma equipe assessora que trabalhe junto à Comissão de Desenvolvimento Urbano do Congresso Nacional.

- d) Incentivar a participação da comunidade científica e de profissionais da área nos debates sobre a vida cotidiana nas cidades do país, através de maior presença nos meios de comunicação de massa.
- e) Realização de encontros temáticos para discussão de questões específicas da área, não restritos po rém a grupos de trabalhos permanentes.
- f) Ação efetiva junto a organismos governamentais de finidores de políticas urbanas no sentido de apre sentar insumos à definição destas políticas, sem comprometimento da independência das linhas de pesquisas desenvolvidas pela comunidade.
- g) Promover o intercâmbio com instituições internacionais afins ou congêneres.

3 - POLÍTICA CIENTÍFICA PARA A ÁREA

O grupo de trabalho posicionou-se contra a definição de um elenco imediato de temas de pesquisa prioritários. Considerou ser mais importante estimular iniciativas que favoreçam maior envolvimento com a amplitude e complexidade das ques tões da área.

Algumas posições mais gerais, porém fundamentais, fo ram sugeridas:

- a) Valorização dos cursos de pós-graduação na área de planejamento urbano/regional, no interior da estrutura universitária do país, tendo em vista assegurar-lhes maior autonomia para que sua produ ção possa estar voltada para um leque mais amplo

de agentes (instituições) sociais.

- b) Necessidade de um processo sistemático da valorização da produção científica na área, assegurando à Universidade o papel de interlocutora na definição da política científica do país.
- c) Necessidade de um procedimento sistemático de informação, por parte das agências de fomento, sobre instituições e/ou pesquisadores contemplados com financiamentos e sobre os resultados obtidos.

7. ÁREA DE TECNOLOGIA DA HABITAÇÃO

— Síntese do Documento Preliminar

— Relatório do Grupo de Trabalho

SÍNTESE DO DOCUMENTO PRELIMINAR

Pesquisa em Ciência e Tecnologia — Área de Tecnologia da Habitação

Erminia Maricato

Em primeiro lugar, reitero aquilo que o Celso Lamparelli falou. Relutei em aceitar esta incumbência, não só porque a tarefa era grande, tanto que levamos um mês para realizar este trabalho, mas também porque achei que não era um trabalho de competência individual. Só aceitei o trabalho, após alguns colegas, Nilton Vargas (engenheiro da COPPE/UFRJ), o arquiteto Jorge Oseki (FAUUSP) e o sociólogo Paulo Cesar Xavier Pereira, também da FAUUSP, terem concordado participar deste trabalho.

Recebemos o índice documental constituído por um levantamento, que segundo nos foi dito, foi realizado pela FINEPE depois organizado pelo PUR/UFRJ. Este documento se intitulava Índice Documental de Planejamento Urbano e Regional levantando 1.024 trabalhos nas três áreas, sendo que a área de Tecnologia da Habitação, ou melhor Tecnologia do Ambiente Construído, continha 265 trabalhos. Analisando melhor o trabalho, achamos que haveria uma necessidade de complementar os dados consultando também outras fontes.

Para escrever esse pequeno texto, nos baseamos, então, nos seguintes trabalhos: o levantamento do SELAP (Sistema em Linha de Acompanhamento de Projetos) do CNPq, cujos resumos estão publicados na Revista Brasileira de Tecnologia, contemplando três setores de pesquisa: habitação, saneamento e desenvolvimento urbano; o rol de pesquisas do BNH, 3.^a edição, e o complemento à 3.^a edição que contém dados mais recentes; alguns documentos fornecidos pelo IPT como o da Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica e Industrial (ABIPTI) que relaciona todas as instituições com dados numéricos e por tipo de atividade exercida na área da tec

nologia, o documento feito pelo próprio IPT para o BNH sobre capacitação laboratorial para ensaios de materiais e componentes da construção civil para todo o Brasil. Um outro documento do IPT onde já estão apontadas alterações tecnológicas em termos da produção habitacional de 1986; o Programa Integrado para o Desenvolvimento de Assentamentos Humanos, de 1985, do CNPq e o Relatório Final do Encontro "Habitação, Projeto e Tecnologia", realizado em São Paulo no final do ano passado e promovido pelo CNPq, Secretaria Estadual de Habitação e pela FUNDAP; recebemos, ainda, a resposta à consulta telefônica do FIEEC do Banco do Brasil, que já opera há um ano e tem financiado algumas pesquisas que incorporamos ao levantamento.

Portanto, procuramos complementar o material que a ANPUR nos havia fornecido. Tomamos o cuidado de fazer um resumo das conclusões principais do documento porque entendíamos que ele não seria objeto de atenção particular pelos pesquisadores aqui reunidos, sendo este um encontro de planejamento urbano e regional. Acreditamos, porém, que a questão tecnológica é extremamente importante, particularmente a abordagem da tecnologia do desenvolvimento urbano num encontro como este.

O resumo e as conclusões estão na página 38 (do documento base) de modo que seria melhor ler estas conclusões que condensam o que extraímos de todo esse trabalho.

Mantivemos a estrutura que a ANPUR sugeriu, ou seja, das pesquisas levantadas, analisamos os paradigmas das pesquisas teóricas (a parte mais difícil de elaborar, já que a equipe era composta de apenas quatro pessoas, com pouquíssimo tempo para produzir o documento), financiamento e condições gerais para pesquisa e apropriação social do conhecimento.

Optamos por não desenvolver recomendações porque achamos que sem se fazer uma ampla consulta à comunidade, isto seria exorbitar de nossa função de consultores. Existe, entre tanto, três trabalhos que trazem recomendações, que julgamos

suficientemente aprofundados e bastante satisfatórios. São os já citados: "Programa Integrado para o Desenvolvimento de Assentamentos Urbanos" do CNPq, "Habitação, Projeto e Tecnologia", relatório final de um encontro promovido pelo CNPq e "A valiação de Alternativas Tecnológicas em Habitação" do IPT.

As conclusões são:

1. A pesquisa em ciência e tecnologia, particularmente na área de habitação/ambiente construído, é muito recente. A maioria dos cursos de pós-graduação foram implantados na década de 70. Os institutos foram melhor equipados e o quadro de pesquisadores aumentado, também nesse período. O país conta com pouca tradição e pouco acúmulo de conhecimento em relação à pesquisa em tecnologia. O tempo é fundamental para maturação dos resultados, para a formação dos recursos humanos, laboratórios, bibliotecas, cadastros, centros informativos, produção acadêmica, etc.

A queda dos recursos do FNDCT-Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, a partir de 1979, ocasiona uma desaceleração no movimento de criação e desenvolvimento dos centros de pesquisa, verificado durante a década de 70;

2. Em relação à produção de habitação no Brasil, o chamado mercado formal, ou estritamente capitalista, é limitado, não atingindo grande parte da população (seguramente mais de 50%). Ganhos especulativos fundiários, financeiros e de promoção constituem desincentivo ao aumento de produtividade no mercado formal. O SFH-Sistema Financeiro da Habitação, tem alimentado, desde sua criação, esse processo especulativo (o SFH é vital para a capitalização do mercado imobiliário hoje no Brasil).

3. Após investir significativamente em desenvolvimento urbano (1969 a 1976), o BNH orienta seus investimentos para a produção em massa de habitações populares (Proposta de "revigoração das COHABs" 1976 a 1982). A orientação de uti-

lização intensiva de mão-de-obra, segue-se a orientação de racionalização, barateamento, produção em massa e rapidez. A questão da tecnologia ganha fundamental importância.

4. As novas tecnologias são desenvolvidas (ou adaptadas) no interior das empresas construtoras a partir de "know-how" estrangeiro. Elas são rapidamente incorporadas ao processo produtivo sem passarem pelo crivo de homologações ou padrões de desempenho. Os centros de pesquisa foram observadores desse movimento ou no máximo participaram de avaliações do produto final, como é o caso do documento que o IPT fez para o BNH sobre o conjunto Itaquera em São Paulo. Nota-se claramente o esboço de uma política tecnológica para a produção de habitações que não é acompanhada de uma política de ciência e tecnologia nos centros de pesquisa.

5. A crise econômica e a recessão, no início dos anos 80, marcariam uma reversão na tendência da política habitacional. O Sistema Financeiro da Habitação e o Banco Nacional da Habitação se retrairam em relação aos investimentos. O Estado tentou incorporar o mutirão na promoção pública de habitações como a forma de baratear o custo. Esse não é só um programa a nível federal como também as formas que os governos municipais e estaduais usaram, incorporando a mão-de-obra gratuita.

6. A produção residencial popular em massa, com a utilização de novas tecnologias, embora desenvolvida em experiências pontuais, como foi o caso de Itaquera I, II e III em São Paulo, prova a existência de capacidade gerencial e de produção rápida a baixo custo. O problema está na qualidade das habitações. Num âmbito mais amplo, o problema situa-se na vontade política de financiar a habitação popular em massa, entrando na questão da terra e da infra-estrutura e na fixação de padrões de desempenho. O que queremos dizer aqui, rapidamente, é que a produção de alguns conjuntos habitacionais, como é o caso de Itaquera que tem 31.000 habitações e que foi construído em três anos, prova que existe capacidade gerencial e condições para se produzir a baixo custo. O problema

de Itaquera é o da qualidade das habitações porque não houve uma fixação de desempenho anterior à construção.

7. Já existe desenvolvida no país uma base técnica mínima para a fixação de normas de desempenho do produto, sistemas de homologação de inovações tecnológicas e também uma capacidade laboratorial básica para a fiscalização. Sua aplicação pode ser feita através de licitações, pré-requisito para o financiamento habitacional, do código de obras e com complementação da INMETRO e a ABNT. O BNH e as COHABs são órgãos que têm poder e responsabilidade fundamentais para submeter a indústria da construção e empresas de projeto a esses padrões para garantir a qualidade do objeto construído através do financiamento e da promoção, garantindo, dessa forma, através da ação estatal, a difusão desse conhecimento tecnológico.

8. Em relação à produção de conhecimento nos centros de pesquisa, há uma desarticulação e uma pulverização dos esforços de financiamento e execução das pesquisas. Notam-se redundâncias e omissões em relação aos objetos estudados. É o caso do solo-cimento que foi estudado em diversos centros ao mesmo tempo no país, enquanto algumas abordagens, e a gente lembraria aqui aquela que privilegia o processo de trabalho, continuam incipientes. A estrutura de informações, bem como o intercâmbio entre os centros de pesquisa são bastante precários.

9. É notável a importância que os órgãos de governo estão assumindo como centros de pesquisa em ciência e tecnologia, particularmente nas áreas de desenvolvimento urbano e saneamento. Faltam dados que nos permitam comparar as condições de pesquisa existentes nesses órgãos, assim como a pesquisa na universidade e nos institutos. Mas o que podemos perceber através dos dados é que os órgãos de governo estão crescendo muito em importância, principalmente a partir do final da década de 70.

10. Várias pesquisas em ciência e tecnologia, principalmente nas universidades, são pontuais e isoladas. É genéri

ca a desconsideração em relação ao processo produtivo como um todo, seja no que se refere aos fatores exógenos ao canteiro, ou seja, estrutura fundiária, financiamento, infra-estrutura política de investimentos públicos, mercado habitacional, seja em relação a fatores endógenos, tais como: processo de trabalho, organização do trabalho, divisão do trabalho e hierarquia, conhecimento operário, desqualificação; e a relação com máquinas e equipamentos.

A ciência e tecnologia da área tem enfoques parciais isto é, existem muitos estudos sobre estruturas e materiais. Mas o que se nota é a falta de interesse em investigar a repercussão destas pesquisas no processo produtivo. Quer dizer, a tecnologia não pode existir sem a questão da terra, do financiamento, da infra-estrutura. Não que ela não exista, mas ela estará sempre vinculada a estes fatores. Os grandes conjuntos habitacionais só puderam ser construídos nesse espaço de tempo, porque as COHABs tinham um estoque de terras e houve uma ação coordenada dos órgãos de governo, a nível municipal e estadual, para viabilizar a produção da infra-estrutura desses conjuntos. Então, a questão da produção em massa e da maior produtividade não é uma questão que diz respeito apenas ao edifício, mas está ligada ao desenvolvimento urbano e à questão do planejamento urbano.

Não estão presentes nas pesquisas em geral a consciência da interdependência entre a tecnologia da edificação e os fatores ligados ao desenvolvimento urbano, nem das relações de trabalho como parte intrínseca dessa mesma tecnologia. O fator trabalho é sempre considerado como mão-de-obra, nunca como uma questão da organização do trabalho e o conhecimento operário como uma questão de qualificação.

11. A ligação das pesquisas ao tema da produção informal de habitações (produção doméstica/autoconstrução) se dá a través de tendências internacionais (mais recentemente por orientação da UNESCO) ou induzida pela política estatal de incorporar o mutirão como vem acontecendo recentemente. Não há por parte dos centros de pesquisa uma atitude independente,

de compromisso com soluções e problemas advindos das práticas populares de construção ou de parcelamento da terra (contenção de morros e encostas, que é uma das questões mais graves no Brasil, existente em termos de construção na periferia; drenagem de águas pluviais, que está relacionada com o problema das erosões; esgotamento sanitário, coleta de lixo; impermeabilização da construção e muitos outros). Existe, entretanto, uma tendência bastante recente de financiamento nessa área, de acordo com os relatórios recebidos.

12) É notável ainda a diferença existente entre as pesquisas elaboradas na Universidade em relação aos Institutos de pesquisa. Nestes, é maior o vínculo com a difusão na medida em que as condições de trabalho (equipes multidisciplinares, laboratórios e tipos de tarefas) permitem inclusive a elaboração de protótipos ou intervenção no processo produtivo. Obrigado.

RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO
— Planejamento Habitacional —

COORDENADOR GERAL: Alex Abiko

RELATORES: Nabil Bonduki

Bruno Daustes Magalhães e Silva

CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

Levantou-se uma postura crítica da estrutura do ENCONTRO em função da visão do planejamento urbano e regional como ciência e do planejamento habitacional apenas como tecnologia. Observa-se que existe uma tecnologia do urbano que se insere no planejamento urbano e regional e também no planejamento habitacional.

Em função da visão que articula ciência e tecnologia nas questões habitacionais, optou-se por estruturar o debate a partir da ótica da produção, anotando-se que no caso da autoconstrução há uma função entre o produtor e o consumidor.

A tecnologia do urbano e do habitacional inclui a tecnologia do projeto, as relações de trabalho (por exemplo, hierarquia e organização de canteiro), o processo de trabalho (o saber operário), etc.

O trabalho apresentado pelos consultores se baseou num universo restrito, que só abrange a questão da tecnologia das unidades construídas marginalizando outros aspectos da habitação e do urbano, sendo portanto, uma base viciada.

A QUESTÃO DOS PARADIGMAS

Observou-se que existe hoje uma apropriação crítica dos paradigmas teóricos exógenos. E, também, existe uma base

paradigmática diferente, em geral, no caso das pesquisas nas Universidades e nos institutos de pesquisa, por estes estarem mais ligados às necessidades regionais, governamentais, comunitárias e/ou empresariais. Inexiste hoje uma base teórica do urbano no Brasil que possa permitir afirmar sobre paradigmas nacionais, notando-se sim a reelaboração de paradigmas externos e o início de uma base teórica e uma matriz tecnológica nacional.

Esta diferença na atuação da Universidade e nos institutos de pesquisa se dá porque, em geral, as Universidades centram sua intervenção na produção do conhecimento e no conhecimento da realidade (pesquisa espontânea sem compromisso de aplicação imediata), enquanto que os institutos resolvem as solicitações concretas e imediatas, daí desdobrando linhas de interpretação mais amplas.

CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO, APROPRIAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DE PESQUISA

Na Universidade observa-se uma grande margem de liberdade para a pesquisa, sem compromisso explícito de apropriação social, enquanto que, nos institutos de pesquisa, a preocupação com a apropriação social é inerente ao seu trabalho, sendo, entretanto, mais reduzida a liberdade de crítica com os organismos e/ou empresas que as financiam.

A descontinuidade de financiamento para a pesquisa termina por impedir a manutenção de grupos permanentes e a criação de uma tradição de pensamento nos centros de pesquisa e universidade, o que é, entretanto, fundamental para o desenvolvimento científico e tecnológico pelo tempo de maturação e a necessidade de montagem de laboratórios, por exemplo.

Paralelamente, há uma relativa capacidade ociosa para a atividade de pesquisa aplicada nas Universidades, requerendo um aprofundamento de análise deste fenômeno, além da necessidade de formação de novos pesquisadores.

De qualquer forma, existe uma produção de pesquisa e os órgãos de fomento estão, bem ou mal, cumprindo suas funções. Observa-se porém a ausência de integração da comunidade científica/tecnológica no processo decisório, como por exemplo no caso do Plano de Metas do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Há necessidade de aumentar a articulação entre os órgãos de fomento e a demanda de pesquisa e tecnologia, para corrigir distorções de financiamento em setores não prioritários. Muitas vezes, os financiamentos do governo federal têm objetivos definidos que não correspondem às necessidades de setores de demanda, tais como governos municipais e estaduais e da própria comunidade civil.

É importante definir linhas prioritárias de pesquisa em função de identificação de lacunas na produção de ciência e tecnologia hoje, mas é igualmente necessário que se garanta condições de execução de pesquisas livres, por exemplo, na Universidade.

Há um descompasso entre política tecnológica e política de ciência e tecnologia (por exemplo, período de produção em massa do SFH) que deve ser superada.

Existe um baixo nível de apropriação social das pesquisas realizadas pela pouca integração entre os centros de pesquisa; pelo pouco conhecimento mútuo das pesquisas realizadas entre os pesquisadores; e, pelo pouco conhecimento das pesquisas realizadas pelos potenciais consumidores. É necessário ampliar o apoio à criação de instrumentos para a maior divulgação das pesquisas e de troca de experiências.

Inicia-se um novo período de acumulação do capital, seguramente com reflexo nas questões urbanas e de habitação, com probabilidade de abrir-se um novo ciclo de construção em massa gerando uma demanda tecnológica na área de racionaliza-

ção da produção. Nada demonstra, porém, que existirá uma demanda de tecnologia do urbano, salvo em campos específicos como transporte, saneamento ou infra-estrutura em geral. A lógica desta demanda será, provavelmente, a de ganhos de produtividade. É necessário introduzir-se a problemática de uma nova lógica de análise do urbano, calcada, por exemplo, nas questões de qualidade de vida, de condições de apropriação do espaço construído, de redistribuição do acesso aos serviços urbanos.

Coloca-se como central a definição de quem são os interlocutores da produção da ciência e tecnologia do urbano, sendo necessário ampliar-se o horizonte atual caracterizado pela presença do Estado e do capital, integrando-se efetivamente aos movimentos sociais. É necessário, portanto, politizar as questões da ciência e tecnologia do ambiente construído, transformando-se a atual correlação de forças que isolam os pesquisadores e os distanciam dos movimentos sociais, por exemplo, entendendo melhor a questão das condições de trabalho na construção civil.

A atual conjuntura propõe dois temas básicos para politização das questões da ciência e tecnologia do ambiente construído, que são: a reformulação do SFH e a Reforma Urbana.

PROPOSIÇÕES/CONCLUSÕES

A ANPUR deveria ter como função ser um centro de articulação e difusão de pesquisas de Tecnologia e Ambiente Construído. Sugere-se a criação de Comissões Setoriais.

- Propõe-se a realização de um Encontro em Outubro de 1986, a ser coordenado pelo IPT, com apoio de Erminia Maricato, Nilton Vargas, Jorge Oseki, Paulo Cesar Pereira e Alex K. Abiko, objetivando:

- 1) estruturar a troca de informações;

- 2) definir a lista de prioridades de pesquisa em Ciência e Tecnologia;
- 3) fazer um balanço da situação da pesquisa em âmbito nacional.

Para sua realização convocar-se-ão todos os Centros de Pesquisas a levantarem articuladamente a produção regional, encaminhando o resultado até 15 de agosto para a Coordenação do Encontro.

— Propõe-se a definição de uma estrutura de troca de informação com:

- . Boletim Nacional
- . Encontros científicos e tecnológicos anuais, com materiais previamente distribuídos e comunicações temáticas
- . Garantia de publicação das pesquisas realizadas, que se mostrem relevantes.

} — Propõe-se a definição, em próximo Encontro, de critérios para análise e aprovação de projetos; e de critérios democráticos de constituição dos grupos de análise de projetos nos órgãos de fomento, respeitando critérios regionais, setoriais e funcionais (pesquisadores e usuários finais).

8. BALANÇO QUANTITATIVO DA PRODUÇÃO TÉCNIC
CO-CIENTÍFICA EM PLANEJAMENTO REGIONAL,
URBANO E HABITACIONAL (1980/1986)

— Síntese do Documento Preliminar

Rainer Randolph
Ester Limonad

SÍNTESE DO DOCUMENTO PRELIMINAR

De início gostaríamos de ressaltar o tamanho deste trabalho, feito sem computador, pois pela natureza das informações colhidas, por sua heterogeneidade, pela falta de um padrão comum em sua apresentação, achamos melhor usar nossas próprias cabeças.

Para sermos breves iremos expor mais os objetivos, metodologia e estrutura deste relatório do que propriamente os resultados. Os quais por sua especificidade, abrangência e complexidade são difíceis de serem expostos rápida e sucintamente, e em nosso entender destinam-se mais à leitura do que à uma exposição detalhada e exaustiva.

Em primeiro lugar, nossa intenção ao fazer este balanço era a de delinear — a partir da análise do conjunto das práticas de pesquisa, consultoria e assistência técnica — os contornos das preocupações da área de planejamento urbano e regional no período de 1980 a 1986. Isto de modo a termos uma impressão do estágio atual em que se encontra a produção neste campo de conhecimento.

Ao estruturarmos esse balanço tivemos por preocupação a elaboração de uma forma que facilite a consulta do material nele contido. Ou seja, esforçamo-nos bastante em apresentar todos os dados sinteticamente, de modo a que este relatório possa servir também como Manual de Consulta (de tipo "Quem é Quem" e "Quem faz o quê" no campo do Planejamento Urbano e Regional), com tabelas, esquemas e fichas institucionais montadas a partir das informações fornecidas pelas instituições que participaram em 1985 do levantamento da FINEP.

É óbvio que este balanço é uma primeira aproximação a um trabalho mais sistemático que se possa fazer. Como já foi dito várias vezes pelos outros oradores/consultores que

nos precederam, o levantamento tinha os seus problemas. Assim os resultados são limitados.

Esses são mais ou menos os objetivos. Tratava-se de medir/mensurar as quantidades e não de avaliar a qualidade desta produção para se poder fazer um balanço quantitativo. Porém, isto não foi tão simples quanto possa parecer à primeira vista, dada a heterogeneidade dos tipos de produtos apresentados por cada instituição. Foi necessário, portanto, também realizar uma delimitação dos tipos de produtos a serem considerados, dado a disparidade de material entre cada instituição, no sentido de procurar homogeneizar minimamente o material colhido pela FINEP, e tentar evitar possíveis desvios induzidos pelo próprio levantamento.

O balanço, assim, refere-se a teses de mestrado, doutorado, livre docência e congêneres e a pesquisas em andamento e concluídas (trabalhos teóricos e de consultoria e/ou assistência técnica). Pois, como já dissemos, os dados eram muito heterogêneos. Algumas instituições enviaram artigos publicados, aceitos para publicação e outras não. Foram incluídos também planos de pesquisa para tese de mestrado e doutorado pela USP, sendo que as outras universidades não informaram sobre nenhum material deste reor. Foi-nos necessário, portanto, nos restringirmos neste sentido.

A fim de procurar suprir tais deficiências enviamos cartas para todas as instituições participantes do levantamento da FINEP, mas as respostas foram poucas não sendo possível incluí-las no presente trabalho.

O levantamento realizado pela FINEP totalizava 928 trabalhos de todos os tipos; trabalhamos com 528, quase a metade, a partir das delimitações expostas acima. Agrupamos o material considerado em três áreas de interesse: URBANO (304 trabalhos), REGIONAL (111 trabalhos) e TECNOLOGIA HABITACIONAL (133 trabalhos). Para cada uma destas áreas elaboramos, em ordem decrescente, Agrupamentos Temáticos (grupos e subgru

pos), e para cada um foram constituídos blocos temáticos, os quais podem servir de base de consulta sobre as instituições de pesquisa e assistência técnica, bem como de seus órgãos de financiamento e clientes.

Essa classificação elaborada a partir do material disponível não é semelhante as classificações elaboradas pelos outros consultores, estruturando-se hierarquicamente, do geral ao particular, das áreas de interesse para assuntos mais específicos.

A técnica utilizada para tal estruturação foi a mais simples: a agregação do material segundo o assunto e contagem dos produtos em cada agrupamento.

Uma vez sistematizado este material partimos para sua análise e para a feitura deste balanço, que está fundamentado nesta ordenação do material disponível. Apresentaremos a seguir a classificação das três áreas relevantes (URBANO, REGIONAL, TECNOLOGIA HABITACIONAL) para então passarmos a parte analítica do balanço.

Ao organizarmos a área de trabalhos pertencentes ao URBANO defrontamo-nos com um problema de delimitação/inserção destes estudos enquanto referentes ao urbano como tal. A maior parte dos trabalhos sistematizados neste relatório trata o urbano por inferência. Contribui para isso a imprecisão e indeterminação teórica deste termo urbano, o que aponta-nos a necessidade premente de sua reconstrução teórica enquanto conceito/objeto de estudo.

Devemos esclarecer que não havia como o fazermos neste trabalho, nem era esta nossa intenção. Vimo-nos, assim, circunscritos a delimitar a área do URBANO a partir do material considerado para esta sistematização, e não de uma conceituação realizada a priori. Mas antes de prosseguirmos gostaríamos de nos permitir tecer algumas considerações a este

respeito.

Por sua indeterminação enquanto categoria de análise este termo é apropriado diferenciadamente. A nível da linguagem técnico-administrativa é reduzido à sua expressão particular no espaço físico: a cidade enquanto ambiente construído. Já na produção teórica-acadêmica é encarado ampliadamente, sem uma definição precisa. É freqüente o encontrarmos associado a outros termos, categorias, adjetivando-os. Mas, sua imprecisão além de permanecer amplia-se, estendendo-se ao conjunto de categorias a ele associadas.

Tornar urbano/urbanizar, implica em introduzir no espaço algo que antes não existia, pela ação dos homens. Em transformar as relações sociais de produção, em organizar este espaço de forma particular, em um modo de vida cotidiano, não apenas como cultura, mas sim enquanto satisfação de necessidades intrínsecas ao viver no urbano, enquanto relações cotidianas que os homens travam entre si e o meio em que vivem, enquanto estratégias de reprodução e sobrevivência.

Não há como trabalhar o urbano sem relacioná-lo com o não-urbano, com o que existia antes de ser/virar/ tornar-se urbano e com o contexto geral em que se inscreve.

Historicamente, pode-se dizer que o urbano surge da espacialização da divisão social e territorial do trabalho, e tem por pressuposto a aglomeração humana, a concentração das relações sociais de produção no espaço, o ambiente construído, sua distribuição no espaço físico, a adequação e organização deste espaço às necessidades dos homens e da produção. A aglomeração, concentração e organização, pontos necessários porém insuficientes para a compreensão do urbano.

Como já dissemos, a maior parte dos trabalhos sistematizados neste relatório trata o urbano por inferência, não delineando a compreensão que dele tem enquanto objeto de estudo. Em consequência, nesta área do URBANO não é o urbano que

é estudado, enquanto objeto carente de reconstrução teórica, mas sim seus atributos, sua expressão no espaço físico, os estudos dos processos referentes ao urbano (intervenção, regulação, controle, etc.). Fazem-no tanto para cidades específicas, quanto para conjuntos de cidades. E, é neste contexto que se situam os trabalhos sistematizados neste relatório.

A classificação que utilizamos para sistematizar a produção referente ao urbano, nos moldes descritos foi a seguinte: Análise do Urbano (Formação do Espaço Urbano e Expansão Urbana), Solo Urbano, Equipamento Urbano, Intervenção no Urbano (Práticas de Política e Planejamento Urbano e Teorias e Técnicas), Habitação Popular (Processo de Produção da Habitação Popular, Avaliação de Programas Habitacionais e Mercado Habitacional/Análises Bibliográficas), Lutas Urbanas, História Urbana, Ambiente Urbano, Transportes e Vários. Para maiores detalhes sugerimos reportar-se ao relatório propriamente dito; vide também TABELA I na página seguinte.

Com relação à área de TECNOLOGIA HABITACIONAL cabe-nos esclarecer o por que desta designação ao invés de HABITACIONAL pura e simplesmente. Em primeiro lugar porque conferir a denominação de HABITACIONAL redundava em que a produção desta área deveria compreender a problemática do planejamento habitacional (o qual, em nosso entender, reporta-se à uma intervenção específica no urbano um tipo particular de produção do espaço urbano, por parte dos diversos atores envolvidos, e principalmente do Estado).

Em segundo, os trabalhos agrupados nesta área concernem mais ao estudo técnico-experimental e ao desenvolvimento de tecnologias construtivas do que a estudos referentes ao planejamento habitacional — problematizados teórica e analiticamente. E, finalmente, com medida de precaução para evitar perder a especificidade temática e confundir a problemática do planejamento habitacional com a temática das tecnologias construtivas optamos por separá-las, inserimos a primeira no URBANO e agregamos o restante nesta área de TECNOLOGIA HABITA

TABELA 1: URBANO (números absolutos e relativos) — Distribuição da produção de cada subgrupo por instituição (erro: ± 1%)

ITEM INSTITUIÇÃO	I. ANÁLISE DO URBANO		II. SOLO URBANO	III. EQUIPA- MENTO URBANO	IV. INTERV. NO URBANO		V. HABITAÇÃO POPULAR			VI. LUTAS URBANAS	VII. HISTÓRIA URBANA	VIII. AMBIENTE URBANO	IX. TRANS- PORTE	X. VÁRIOS	TOTAL	TOTAL
	1. Form. Esp.	2. Exp. Urb.			1. Pol. Urb.	2. Teor. /Tecn.	1. Proc. Produç.	2. Aval. Prog. P.B.	3. Marca do/Anal. Bibl.							
CISRAP	3 10,5	3 16,0			2 7,5					8 31,0				1 4,5	17	5,5
CEDEPLAR			1 3,0		1 4,0									4 18,0	6	2,0
CEM				2 7,5											2	0,5
CEFAM			3 9,0	1 3,5	1 4,0										5	1,5
CEPED																
CETEC																
EAESP/FGV			4 11,5		3 11,5								3 14,0	3 13,5	13	4,5
FALUFBA				1 3,5		1 5,0					1 5,0	1 5,5		1 4,5	5	1,5
FALUSP	10 35,5	6 31,5	5 14,5	5 18,5	4 15,5		8 47,0		1 10,0	2 7,5	8 40,0	8 44,5	2 9,5		59	19,5
FJP			2 6,0	1 3,5		6 28,5		2 13,5	1 10,0	1 4,0	3 15,0		1 5,0		17	5,5
FEAM	1 3,5	2 10,5	1 3,0	3 11,0		4 19,0				1 4,0		1 5,5		4 18,0	17	5,5
INPSO				2 7,5			1 5,5			1 4,0				1 4,5	5	1,5
IFPUC				4 15,0		1 5,0				1 4,0	1 5,0		12 57,0	2 9,0	21	7,0
IPT						2 9,5		6 40,0	1 10,0				2 9,5		11	3,5
UPERJ				1 3,5	2 7,5	1 5,0		2 13,5	1 10,0	5 19,0				2 9,0	14	4,5
UNJ/UFPE	4 14,5	4 21,0	2 6,0		3 11,5		2 12,0	2 13,5	1 10,0	1 4,0		2 11,0		1 4,5	22	7,5
NORTE/UFRRS				1 3,5											1	0,5
PPPAR												1 5,5			1	0,5
PPPUR *			1 3,0			1 5,0									2	0,5
FJR	5 18,0	3 16,0	12 35,0	5 18,5	9 34,5	4 19,0	4 23,5	2 13,5	1 10,0	4 15,5	7 35,0	3 16,5	1 5,0	2 9,0	62	20,5
U-0	5 18,0	1 5,0	3 9,0	1 3,5	1 4,0	1 5,0	2 12,0	1 6,5	4 40,0	2 7,5		2 11,0		1 4,5	24	8,0
TOTAL	25 100,	19 100,	34 100,	27 100,	26 100,	21 100,	17 100,	15 100,	10 100,	26 100,	20 100,	18 100,	21 100,	22 100,	304 100,0	

* OS DADOS REFERENTES AO PROPUR FORAM COMPLEMENTADOS, PORÉM NÃO FOI POSSÍVEL INCLUI-LOS NESTAS TABELAS.

CIONAL.

Um ponto que gostaríamos de ressaltar é que o exame do objeto destes estudos apontam a urgência de delimitação da área, que esperamos seja encaminhada pela ANPUR. Não é de nossa competência discutir aqui a validade da inserção destes trabalhos no balanço. Porém, parece-nos discutível a aceitação de pesquisas físico-químicas de materiais de construção em geral, do prego à laje de cobertura, como produção concorrente à problemática do planejamento regional, urbano e habitacional.

Os grupos e subgrupos desta área são os seguintes: Componentes Construtivos (Materiais de Construção e Instalações Prediais), Sistemas Construtivos (Desenvolvimento de Tecnologias e Avaliação de Experiências), Conforto Ambiental, Transferência de Tecnologia de Construção/Assistência Técnica, (neste caso o problema é peculiar por se tratar de construção de edificações propriamente ditas) e vários; vide um primeiro resultado na TABELA II.

O problema de classificar os trabalhos na área do REGIONAL começa já com a própria delimitação desta área: o que é Regional? Como distinguir as investigações técnico-científicas pertencentes a este campo das de outros, especificamente em oposição à pesquisa urbana?

De um modo geral, a produção no Regional, em sua totalidade, caracteriza-se exatamente por uma ambigüidade ou oscilação entre dois polos: entre o "Regional", como nível supra-regional presente nos estudos, e o "Urbano", como nível local inserido no contexto territorial mais amplo. Induzida talvez pela falta daquela presença física, que o urbano possui na cidade, que facilitaria mesmo uma identificação intuitiva ("pré-científica") ou hipotética do Regional a partir da observação de sua aparência fenomenológica.

Assim, o traço principal da produção técnico-cienti

TABELA II: TECNOLOGIA DA HABITAÇÃO

Distribuição da produção de cada subgrupo por instituições
(Nºs absolutos e relativos)

INSTITUIÇÃO	I. COMPONENTES CONSTRUTIVOS				II. SISTEMAS CONSTRUTIVOS				III. Conforto Ambiental	IV. Transfereência Tecnol (obras)	V. Vários				TOTAL	
	1.Mater. de Const		2.Instal Prediais		1.Desenv Tecnolog		2. Aval. de Exper									
CEBRAP																
CEDEPLAR																
CEM																
CEPAM																
CEPED	6	18,0			1	6,0	1	5,0		13	93,0	1	4,5	22	16,5	
CETEC	2	6,0										1	4,5	3	1,5	
EAESP/FGV																
FAUUFBA	1	3,0	1	8,5											2	1,0
FAUUSP	1	3,0			7	44,0	3	15,0	4	26,5		4	17,5	19	14,5	
FJP							1	5,0							1	0,5
IBAM							1	5,0							1	0,5
INPSO/FUND.																
IPPUC																
IPT	19	58,0	8	66,5	6	38,0	9	45,0	2	14,0	1	7,0	10	43,5	55	41,5
IUPERJ																
MDU/UFPE																
NORIE/UFRGS	3	9,0			1	6,0	3	15,0	4	26,5		4	17,5	15	11,5	
PROPAR			3	25,0	1	6,0	2	10,0	4	26,5		3	12,5	13	10,0	
PROPUR *																
PUR	1	3,0													1	0,5
UNB									1	6,5					1	0,5
TOTAL	33	100,	12	100,	16	100,	20	100,	15	100,	14	100,	23	100,	133	100,

* OS DADOS REFERENTES AO PROPUR FORAM COMPLEMENTADOS, PORÉM NÃO FOI POSSÍVEL INCLUI-LOS NESTAS TABELAS.

fica nesta área consiste em certas ambigüidades ou oscilações, considerando seu conjunto, provocadas aparentemente pelas determinações recíprocas entre temática e espacialidade dos estudos; tais oscilações podem ser explicitadas pelas seguintes categorias que são, habitualmente, compreendidas como opostas, que porém, a nosso ver, definem eixos nos quais podemos localizar cada pesquisa na área Regional.

Além do já referido par Regional vs. Urbano temos ainda os dois eixos Espacial vs. Setorial e Análise vs. Estratégia:

Regional/Urbano — expressa o corte social de uma investigação em relação às diferentes e específicas formas da organização social no espaço que se intercalam, se sobrepõem;

Espacial/Setorial — representa a dimensão do corte material em relação à amplitude do estudo, tanto em termos temáticos como territoriais (depende, obviamente, do corte social e vice versa);

Análise/Estratégia — indica o corte ideológico dos estudos, isto é, em relação ao seu caráter normativo.

A estrutura do agrupamento temático na área Regional expressa agora exatamente a superposição complexa destes três eixos: cada Grupo e Subgrupo ganha sua especificidade pela localização de sua abordagem com relação a cada uma dessas dimensões.

Os primeiros três Grupos desta área distinguem-se, teoricamente, por sua inserção diferenciada no contínuo Regional/Urbano. Tendencialmente, do Grupo "Análises e Políticas Regionais" (I) até o "Interação Rural-Urbana" (III) prosseguimos de abordagens que visam uma compreensão ou intervenção com respeito à totalidade de determinadas regiões para estudos sobre articulações entre cidade e campo, urbano e rural.

Passando pela posição "intermediária", "Cidades e Região" (II), de análises referentes à relação de cidades entre si e com suas regiões (áreas de influência).

Em relação aos cortes materiais e ideológicos, estes Grupos mostram pouca regularidade; apenas em termos do corte material as limitações setoriais dos estudos seguem uma certa tendência: passam de questões sobre industrialização (I), pela análise preponderante de um determinado tipo de cidade (cidades médias) (II) até a problemática da produção agrícola (III).

O último Grupo — "Mobilidade Espacial do Trabalho" (IV) — desta área mantém uma certa posição à parte em relação aos demais: é caracterizado basicamente por uma temática setorial: seu objeto é a população em geral, e os trabalhadores em especial, distribuindo-se e locomovendo-se no território (espaço geográfico).

Sua inserção no eixo Regional/Urbano é bastante variada; abrange desde espaços macro-regionais até municipais.

A distribuição quantitativa entre estes grupos e subgrupos pode ser encontrada na Tabela III.

Passaremos agora à parte analítica do balanço.

O balanço propriamente dito, foi estruturado da seguinte forma: uma parte consiste na organização e sistematização da produção técnico-científica no campo do Planejamento Regional, Urbano e Tecnologia Habitacional; a segunda parte contém, por sua vez, uma avaliação sistemática da produção técnico-científica organizada segundo a classificação já exposta e dentro dos limites oferecidos pelo material do presente relatório.

No intuito de fornecer um quadro geral da produção técnico-científica em Planejamento Urbano e Regional organiza

TABELA III: REGIONAL - Distribuição de Produção de cada subgrupo por Instituição
(Nºs absolutos e relativos)

GRUPOS/ SUBGRUPOS INSTITUIÇÕES	I. ANÁLISES E POLÍTICAS REGIONAIS						II CIDADES E REGIÃO		III INTERAÇÃO RURA-URBA NO-AGRICU- LA		IV MOBILIDA- DE ESPA- CIAL DO TRABALHO		TOTAL	
	1. Políti- cas e Pla- nos		2. Caract. Determin. Regiões		3. Econo- mia Re- gião									
CEBRAP					1	5,5	2	10,0	2	10,0			5	4,5
CEDEPLAR	1	7,0	2	12,0	7	39,0	3	16,0	6	30,0	6	26,0	25	22,5
CEM														
CEPAM														
CEPED														
CETEC									1	5,0			1	1,0
EAESP/FGV														
FAUUFBA							1	5,5					1	1,0
FAUUSP			2	12,0			2	10,0	1	5,0			5	4,5
FJP	9	64,5					5	26,5	2	10,0	3	13,0	19	17,0
IBAM							1	5,5			1	4,5	2	2,0
INPSO/FUNDAJ			2	12,0	1	5,5	1	5,5	1	10,0	5	21,5	10	9,0
IPPUC														
IPT	1	7,0	1	6,0	4	22,0	1	5,5	2	5,0	1	4,5	10	9,0
IUPERJ														
MDU/UFPE			1	6,0	1	5,5							2	2,0
NORIE/UFRGS														
PROPAR														
PROPUR *														
PUR	3	21,5	5	29,0	4	22,0	2	10,0	3	15,0	5	21,5	22	20,0
UNB			4	23,0			1	5,5	2	10,0	2	8,5	9	8,0
TOTAL	14	100,	17	100,	18	100,	19	100,	20	100,	23	100,	111	100,

* OS DADOS REFERENTES AO PROPUR FORAM COMPLEMENTADOS, PORÉM NÃO FOI POSSÍVEL INCLUI-LOS NESTAS TABELAS.

mos o balanço em quatro partes, onde:

— avaliamos a concentração da produção técnico-científica sob dois aspectos — o geográfico e o institucional;

— através de um confronto das informações referentes tanto aos grupos e subgrupos temáticos, quanto às instituições, procuramos desenhar um quadro das características da produção, contendo a difusão das principais temáticas nas três áreas entre as instituições de pesquisa e assistência técnica; e também um quadro da concentração nacional com respeito a estas temáticas em um determinado grupo de instituições, notadamente as de maior relevo. A seguir, um quadro da diversificação da produção de cada instituição e sua especialização interna ao direcionar os projetos e pesquisas para certas temáticas. O que podemos observar é que há muitas instituições direcionadas para poucos grupos e subgrupos e muito poucas tem sua produção direcionada para quase todos os grupos e subgrupos da classificação deste balanço;

— em terceiro avaliamos a influência de cada categoria de instituições (pesquisa e ensino vs. consultoria e assistência técnica), destacando alguns de seus produtos particulares (tese e estudos técnicos experimentais). Para então aferirmos a influência destes produtos na avaliação das instituições, na distribuição da produção e nas áreas relevantes;

— finalmente, para completar, procuramos elaborar o perfil de cada instituição com suas características básicas, tipo de produto e tendências temáticas. Tivemos um sério problema na elaboração destes perfis, já que algumas instituições estavam com informações incompletas, e delas dependíamos para a elaboração destes perfis.

Desde o princípio procuramos deixar claro que um balanço quantitativo tem sua validade, porém limitada. É óbvio que seria ainda mais interessante poder medir, isto é, objetivar, também a qualidade da produção técnico-científica em nossas áreas. Para uma melhor compreensão, seria igualmente ne-

cessário pensar e refletir sobre as condições e os efeitos, bem como sobre a utilidade desta produção.

Porém, dadas as condições em que foi elaborado este balanço, isto não foi possível e seria extremamente complicado.

Pode-se, é claro, questionar a mencionada "objetividade" das informações quantitativas aqui apresentadas. Primeiro, retomando a oposição entre qualidade e quantidade, a quantificação quer apenas contar o resultado físico/material da produção: tantas teses, tantos relatórios, etc.; e é neste sentido que as informações são "objetivas".

Em segundo lugar, nenhuma análise, síntese ou simplesmente descrição é verdadeiramente "objetiva", mas sempre de alguma maneira orientada. O nosso balanço não pôde escapar disto; contudo, tentamos construir, em nossa análise algumas questões gerais — como a difusão de temas, concentração da produção, etc. que talvez fossem de interesse geral. Não tentamos conscientemente manipular os dados de forma a fortalecer implicitamente um ou outro projeto científico-político em relação às áreas relevantes que, como é de conhecimento público, existem.

Finalmente, a mencionada "objetividade material" do balanço depende, tecnicamente, de dispormos de uma base de informações completa das instituições envolvidas neste campo.

Sabemos que os levantamentos nos quais nos baseamos foram ainda incompletos; não vemos este balanço, portanto, como conclusivo, definitivo. Deve ser, antes, encarado como um subsídio à discussão relativa a sistematização, classificação e quantificação de dados relativos ao planejamento regional, urbano e habitacional.

Acreditamos, ainda, que a sistematização das informações referentes à área de Planejamento Urbano e Regional

que iniciamos no presente balanço deve ter um prosseguimento e desdobramentos para criar nesta área um instrumento eficaz de consulta para os pesquisadores. E que possa apoiar também a própria divulgação dos resultados, servindo como ponte transmissora do conhecimento entre a pesquisa universitária, assistência técnica e os órgãos governamentais desta linha intersados nestes resultados e fins correlatos.

9. "POLÍTICA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA"

Notas da Conferência de
Emílio Haddad

"POLÍTICA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA"

Notas da conferência de Emílio Haddad⁽¹⁾

1. APOLOGIA INICIAL

Os programas de pós-graduação em planejamento urbano⁽²⁾ têm conseguido, nos últimos anos, projeção e presença cada vez maiores. Fazem os primeiros movimentos de articulação; A ANPUR, desta vez, intervém na convocação desse encontro de Nova Friburgo. Sinal dos tempos.

Esse encontro coloca como tema: "mudanças sociais no Brasil e a contribuição da Ciência e Tecnologia para o planejamento urbano, regional e habitacional". Três documentos preparatórios ao encontro procuraram recolher, classificar e discutir a produção sobretudo acadêmica, no último quinquênio, respectivamente nas áreas do planejamento urbano, do planejamento regional e da habitação. Neste contexto, foi-me proposto fazer uma apresentação (um "key-note address" caboclo) sobre o relacionamento entre a Ciência e Tecnologia e a questão habitacional.

Tarefa difícil e, vim a perceber, com poucas opções para seu desenvolvimento. Por um lado, porque o tema é amplo e só daria para tratá-lo dentro de limites, obrigando a fazer simplificações, que iriam chatear uma platéia conhecedora. Por outro lado porque, caminhando pelos campos do planejamento, encontramos-lo crivado por montanhas, que acumulam especializações; para ser acessível, tenho que fincar o pé nas planícies; e ter de ficar no raso vai duplamente chatear uma pla-

(1) Economista, professor da USP.

(2) Nestas notas, refiro-me a planejamento urbano, só; as considerações feitas poderão, com o devido juízo, serem entendidas ao planejamento regional e ao planejamento habitacional. Três disciplinas que superpõem conhecimentos, convidam a um tratamento multidisciplinar.

téia que, além de conhecedora, é heterogênea. Coragem!

2. PROPOSTA

Tendo assim que fazer escolhas, pensei no que seria mais relevante para o contexto deste encontro; parti do reconhecimento de uma militância dentro dos domínios da pesquisa — associada à docência — em planejamento urbano. Esta comunidade (parcialmente integrada à ANPUR) batalha por uma identidade e pela criação de um (para usar um jargão nosso) espaço; que será tanto mais expressivo quanto forem obtidas mais e melhores condições, em nossa sociedade, para uma "divisão de trabalho" no campo do planejamento urbano. De um lado, a produção intelectual; de outro, a apropriação social do conhecimento científico e tecnológico.

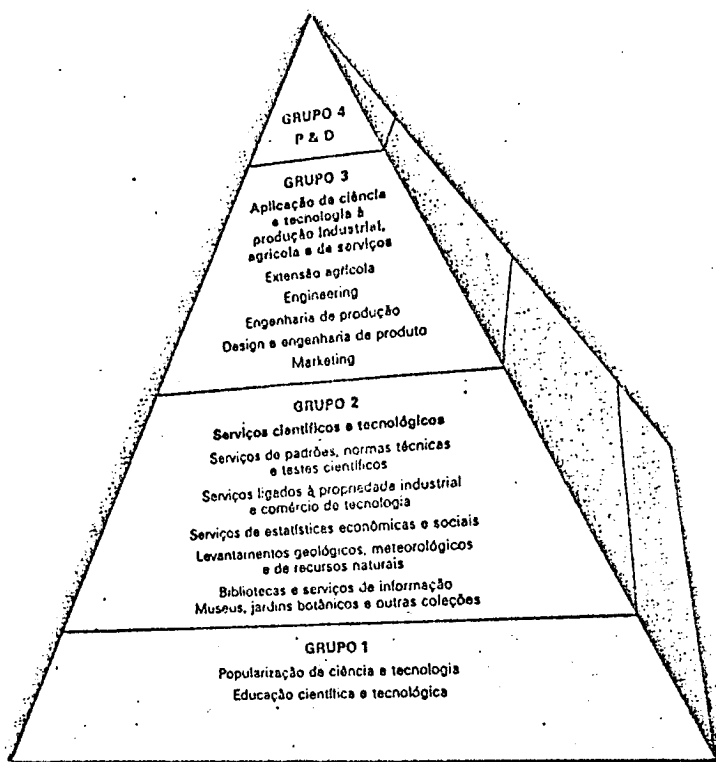
Os três documentos-base para o encontro terminam por ressaltar o que é percebido na nossa experiência pessoal como pesquisadores ou docentes em planejamento urbano no Brasil de hoje: a necessidade de um trabalho coletivo de organização e de ação que, em seu conjunto, levem ao amadurecimento do sistema institucional de ciência e tecnologia, dentro do qual a pesquisa e o ensino possam prosperar.

Resumindo, em minha intervenção feita no encontro, procurei submeter aos colegas reunidos algumas idéias preliminares que pudessem colaborar na montagem de uma estratégia para o planejamento urbano, em sua dimensão científica/tecnológica.

Procurei abordar dois itens principais: o primeiro, o de situar a pesquisa dentro de um sistema de ciência e tecnologia; o segundo, no caso específico do planejamento urbano, o que parece ser o seu nó górdio: o seu caráter multidisciplinar.

3. O SISTEMA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O desenvolvimento da ciência e da tecnologia requer a articulação de uma série de atividades, uma das quais é a pesquisa. Para representá-la de forma esquemática, lanço mão da figura de uma pirâmide. Esta pirâmide, que consta do prospecto do Instituto de Pesquisa Tecnológica do Estado de São Paulo — IPT, resultou de um trabalho de reflexão interna sobre o seu papel como instituto de pesquisas.



A figura mostra a pesquisa ocupando um pequeno volume no topo da pirâmide, que tem como base atividades como a popularização da ciência e tecnologia e a educação científica e tecnológica. Numa segunda camada, se colocam os chamados serviços científicos e tecnológicos, entre os quais se situam os serviços de padrões e normas técnicas, as estatísticas econômicas e sociais, as bibliotecas, serviços de informações, os museus. Sobre estas atividades basilares, encontramos as atividades de ampliação da ciência e tecnologia na produção.

Decorre deste simples modelo, que as atividades de pesquisa obterão tanto mais estabilidade dependendo da ampliação desta base social e institucional.

Os resultados mais expressivos da pesquisa, situa-dos no pináculo da pirâmide requerem, para sua sustentação, uma base em que, se analisada cuidadosamente, tem muito a ver com a maturidade e independência científica e tecnológica de uma sociedade: um povo educado para a ciência, que detenha controle da informação científica e disponha de estatísticas econômicas e sociais, e regulamentos que mediem a ação dos a-gentes sociais de desenvolvimento. Podemos observar que a me-dida de um país se desenvolve tanto melhor "conformada" é o perfil desta pirâmide. No Brasil, como em outros países em desenvolvimento, ela possui deformidades: detectamos "buracos" ou ausência de vinculação com a realidade social

4. SOBRE A "PESQUISA" EM PLANEJAMENTO URBANO

Através da pesquisa, buscam-se inovações que, numa primeira classificação, podem ser de três tipos: novos produ-tos, novos processos ou novas formas de organização. No caso do planejamento urbano, buscam-se resultados primordialmente do terceiro tipo. Enquanto ambiente físico, há condições para a pesquisa de novos produtos e processos: já caímos na esfera da indústria da construção, um setor econômico tipo tradicio-nal que apresenta pequeno ritmo de inovação, se comparada, por

exemplo, à eletrônica, à indústria farmacêutica, ou à biotecnologia. Seria ilustrativo o fato de um programa de desenvolvimento científico-tecnológico a nível nacional como o PABCT não incluir a construção civil como área de pesquisa. Este parece ser também o quadro internacional: mesmo nos países mais avançados do mundo, é pequeno o ritmo de inovação na construção civil, um setor onde se investe pouco em pesquisa e desenvolvimento.

5. SOBRE A MULTIDISCIPLINARIDADE

Acredito haver largo grau de consenso, de que não será através da pesquisa que poderemos chegar a resolver os graves problemas urbanos do Brasil, entre os quais o da habitação. Em artigo com o sugestivo título "Seventeen reasons why the Squatter problem can't be solved" (Ekistics), Angel & Benjamin fazem claro que não existe uma solução para a questão da submoradia.

A habitação, por exemplo, é uma questão de terra, uma questão financeira, uma questão de acesso a materiais, uma questão jurídica. Exigirá uma ação sobre diversos fatores, cada qual tratado competentemente por uma especialidade, uma disciplina: aqui nos remetemos à questão da multidisciplinaridade.

Isto permite especular, a exemplo do Prof. William Alonso, em seu provocativo artigo "Beyond the interdisciplinary approach to planning" (J.A.P.A.), sobre planejamento urbano como uma disciplina. Seriam planejadores urbanos aqueles que em sua atitude, se sentissem primordialmente como tal, antes de assumirem a posição em que foi treinado (seja arquiteto, geógrafo, engenheiro, sociólogo).

Há uma sutil dialética no caminho que liga estes dois pólos: de um lado, um especialista, consideremos a guisa de um exemplo, um economista, que é primeiro em economista e

que, enquanto tal, colabora com seu conhecimento específico como membro de uma equipe interdisciplinar, e de outro lado, um técnico treinado em economia que se coloca primordialmente como um planejador urbano, abordando o problema dentro de uma abordagem própria, certamente marcada por idiossincrasias de sua formação como economista.

Já existem no Brasil cursos de pós-graduação em planejamento urbano, que procuram "costurar" uma bibliografia e universalizá-la.

Há toda uma produção em andamento (vide os relatórios dos documentos-base) em planejamento urbano.

É ilustrativo o exemplo do desenvolvimento da Economia Urbana, como novo campo acadêmico nos Estados Unidos. Um grupo de economistas, ligados à Resources for the Future organizou um comitê para a Economia Urbana, que recebeu dinheiro da Ford Foundation. O plano de ação do comitê previa o desenvolvimento de centros universitários para a área, documentar, patrocinar a publicação de textos básicos, a realização de conferências, etc. Em 1959, não havia nenhum programa de Doutorado (PhD); em 1968, cinquenta e três departamentos estavam oferecendo a Economia Urbana como campo de especialização para o doutorado.

Testemunhava, em 1970, o Prof. Jerome Rothenberg, do MIT; "A economia urbana não é ainda uma disciplina completamente formada e assentada com seus limites estabelecidos, um foco central, e um aparato analítico, com os quais seus praticantes geralmente estão de acordo. É, na realidade, uma série de estudos que se superpõem ou se colocam lado a lado frouxamente — estudos estes que se originam de uma variedade de pontos de vista com uma variedade de objetivos e enfoques analíticos — manipulados por representantes de diferentes disciplinas — economistas ou não."

Só como idéia, não seria oportuno a criação de um

comitê semelhante, que se ocupasse em "planejar", por exemplo, um programa editorial que fornecesse livros básicos ao ensino e à difusão do planejamento urbano?

Uma disciplina a ser chamada "planejamento urbano" se beneficiaria de uma abertura, que lhe parece ser intrínseca, para diferentes "leituras" e enfoques, é um reflexo talvez das muitas faces do seu objeto de conhecimento: a cidade. E a cada um é dado contribuir conforme seu viés profissional. O engenheiro com seu sentido prático, resolvedor de problemas, o cientista social, mais analítico, levantador de problemas, o arquiteto, designer, maquiador dos problemas (A este reotipia aqui só tem fins didáticos).

Para a decolagem do planejamento urbano, enquanto disciplina, uma meta-disciplina, contribuirá um trabalho de quebrar o isolamento, fazer aproximar e de se encontrar o esforço de muitos. Todos os documentos-base se queixam desse isolamento e indicam a necessidade de um pouco mais de coordenação da pesquisa.

6. FINALE

"Para que haja uma democracia, a primeira condição é que haja um governo capaz de governar; a segunda é que haja uma sociedade capaz de controlar o governo."

(Madison, citado por Weffort, in: Por que democracia?)

Os "planejadores urbanos" têm se adaptado às novas realidades sociais. Com os ventos da redemocratização, muitos nos engajamos na militância político-partidária, outros na assessoria a organização da sociedade civil; outros, ainda, recrutados da universidade para ocuparem postos no governo.

A autodenominada Nova República nos propiciou um Ministério de Desenvolvimento Urbano mas também um Ministério da Ciência e Tecnologia.

No caso do planejamento urbano, consigo ver uma aplicação particular do exemplo da democracia, citado por Madison. Muito se tem trabalhado na questão "do controle do governo". É sem dúvida muito importante. Estaria na hora de, juntos, trabalharmos na questão preliminar: "a de um governo capaz de governar".

Numa sociedade complexa como a nossa, a nossa luta é para que um tal governo competente não se esqueça de prever um bom uso do conhecimento dos profissionais, cientistas e pesquisadores em planejamento urbano.

Me parece que o momento é oportuno para deixar registrado a importância de, nesta e em outras reuniões que se sucederem, aproveitarmos para avançar a discussão de medidas que colaborem com a crescente cristalização da atividade científica e do ensino, como componente ativo na praxis do nosso planejamento urbano. Nesse sentido, procurei trazer como sugestão inicial duas vertentes para um trabalho de integração:

- a do esforço pelo amadurecimento de um sistema de ciência e tecnologia;
- o da superação de preconceitos e de equívocos na prática do trabalho multidisciplinar; afinal, o que nos reúne é o que temos em comum: o interesse por um ambiente construído, que funcione com mais racionalidade, com maior equidade e oportunidades sociais, que agrade aos olhos e respeite a natureza.

REFERÊNCIAS

ALONSO, William - Beyond the inter-disciplinary approach to Planning, in AIP Journal, Maio 1971.

ANGEL, Shlomo e BENJAMIN, Stan - "Seventeen Reasons why the Squatter Problem can't be solved", in Ekistics, Jan 1976.

GUIMARÃES NETO, Leonardo e CANO, Wilson - Estudos sobre a questão Regional, documento Preliminar, I Encontro Nacional da ANPUR, 1986.

Instituto de Pesquisas Tecnológicas - Instituto de Pesquisas Tecnológicas, 1976.

LAMPARELLI, Celso - Elementos para avaliação do estágio atual das pesquisas ligadas ao Planejamento Urbano, Documento Preliminar, I Encontro Nacional da ANPUR, 1986.

MARICATO, Ermínia et alli - Pesquisa em Ciência e Tecnologia Documento Preliminar da área de tecnologia da habitação, I Encontro Nacional da ANPUR, 1986.

MOAVENZADEH, Fred - Construction's High-Technology Revolution, in Technology Review, Out 1985.

PERLLOFF, Harvey - The Development of Urban Economics in the United States, Urban Studies, 1973.

WEFFORT, Francisco C. - Por que Democracia? São Paulo, Brasiliense, 1984.

10, ASSEMBLÉIA DA ÁNPUR

A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional — ANPUR — desde a sua criação, em 1983, ficara restrita às instituições fundadoras — PUR/UFRJ, FAU/USP, PROPUR/UFRGS, MDU/UFPE, PLAN.URB/UnB.

Todas as discussões e sondagens a respeito de uma ampliação dos quadros da Associação esbarravam na ausência de uma definição mais clara do campo de instituições e áreas que a ANPUR deveria buscar congregar e representar. As mesmas questões que haviam, por longo tempo, bloqueado a organização da comunidade científica da área continuaram a cobrar o seu tributo, criando um impasse na Associação.

O Encontro de Friburgo representou um momento de esclarecimento e enfrentamento dessas questões, envolvendo um maior número possível de pesquisadores e instituições na sua discussão.

Essencialmente foram duas as questões: a primeira diz respeito à conformação científica da área de planejamento urbano e regional, quanto a sua natureza específica, a pluridisciplinaridade, no tratamento de um mesmo objeto (urbano e regional).

A segunda é concernente à natureza das instituições que uma Associação Científica da área deveria congregar, considerando a particularidade da área, envolvida com intervenções governamentais e práticas extra-universitárias que colocam dificuldades para uma clara delimitação do que seja a comunidade científica da área de planejamento urbano e regional.

No processo de discussão transcorrido durante o Encontro, tornou-se possível elaborar coletivamente uma perspectiva de construção da ANPUR que reconhecesse como absolutamente legítimas as diferentes formas de abordagem da questão urbana e regional, como também a necessidade de abrir a Associação a toda e qualquer instituição que esteja voltada para te-

mas e discussões, globais ou particulares, dessa questão.

Nesse sentido, a reformulação dos Estatutos da ANPUR expressa esse novo acordo, podendo integrar-se à Associação:

— programas e entidades que desenvolvem ensino de pós-graduação "strictu-sensu" e pesquisa em planejamento urbano e regional, no âmbito de instituições de ensino superior; e

— programas e entidades que desenvolvem atividades de ensino e/ou pesquisa no campo dos estudos urbanos e regionais, dentro ou fora da universidade.

Desta forma, está agora viabilizada a integração à ANPUR de instituições que, embora priorizem outras áreas de interesse ou tenham compromissos disciplinar prioritário, tam bém mantenham linhas de pesquisa em áreas afins ao planejamento urbano e regional. Por outro lado, a ANPUR afirma sua abertura à instituições extra-universitárias que atuem na área.

Uma outra questão dizia respeito a garantir, frente a ampliação do caráter e representação da ANPUR, alguns compromissos fundamentais com a Universidade e os programas universitários da área. No essencial, tratava-se de conferir às instituições universitárias a principal responsabilidade e a maior carga das tarefas de articulação da comunidade, reconhecendo e fortalecendo sua vocação à autonomia, pela qual vem lutando toda a comunidade científica brasileira. Tratava-se i gualmente, face à riqueza e multiplicidade das contribuições das várias instituições que se integrarão à ANPUR, de respeitar as diferenças de envolvimento e comprometimento com a área de planejamento urbano e regional, existentes entre diferentes entidades.

Assim, de forma a contemplar essas diferenças, ficou estabelecido nos novos estatutos da ANPUR dois tipos de vinculação — membro filiado e associado —, proporcionalmente diferentes no número de representantes na Assembléia Geral

e na composição da Diretoria.

A Assembléia da ANPUR aprovou, ainda, as filiações do Programa de Pós-Graduação da FAU/UFBA, do núcleo de Altos Estudos Amazônicos — NAEA/UFPA e do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional — CEDEPLAR/UFMG. E elegeu para o período de 1986 a 1988, a seguinte Diretoria:

Diretoria:

Presidente	: Martin Oscar Smolka - PUR/UFRJ
Secretário-Executivo:	Carlos Vainer - PUR/UFRJ
Diretores	: Gunter Kohlsbof - UNB
	Jorge Dantas - FAU/USP
	Raul da Silva Navegantes-NAEA/UFPA

e Conselho Fiscal:

Iara Regina Castelo - PROPUR/UFGRS .
Silvio Mendes Zanchetti - MDU/UFPE
Mauricio Lemos - CEDEPLAR/UFMG

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO
E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

CAPÍTULO I

Da Caracterização

Art. 1º — A Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional — ANPUR —, entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, congrega programas e entidades brasileiras que desenvolvem, de maneira sistemática e permanente, ensino ou pesquisa no campo do planejamento urbano e regional.

Parágrafo Único — Entende-se por programas a unidade básica responsável pela operacionalização da atividade de ensino e/ou pesquisa e que tenha uma estrutura de coordenação colegiada definida.

Art. 2º — O foro da ANPUR é o da cidade de São Paulo.

Parágrafo Único — A sede da ANPUR localizar-se-á na cidade de domicílio do Presidente e do Secretário-Executivo, eleitos pela Assembléia Geral.

CAPÍTULO II

Das Finalidades

Art. 3º — São finalidades da ANPUR:

- a) Incentivar o estudo, o ensino e a pesquisa no âmbito do planejamento urbano e regional;
- b) Contribuir para o estudo dos problemas urbanos e regionais brasileiros;
- c) Promover reuniões científicas e participar de eventos, objetivando o intercâmbio de informa-

ções entre seus associados e os de associações similares brasileiras, estrangeiras ou internacionais;

- d) Promover a divulgação de estudos em planejamento urbano e regional;
- e) Organizar e promover atividades específicas de cooperação, inclusive o intercâmbio de docentes e pesquisadores, entre os cursos de pós-graduação e outros núcleos, programas e órgãos nacionais, estrangeiros e internacionais de ensino e pesquisa.

CAPÍTULO III

Dos Membros

Art. 4º — Os membros da ANPUR serão admitidos segundo duas categorias: filiados e associados.

§ 1º — Poderão integrar a ANPUR, na qualidade de filiados, programas e entidades que desenvolvam ensino de pós-graduação "stricto-sensu" e pesquisa em planejamento urbano e regional, no âmbito de instituições de ensino superior.

§ 2º — Poderão integrar a ANPUR, na qualidade de associados, programas e entidades que desenvolvam atividades de ensino e/ou pesquisa no campo dos estudos urbanos e regionais.

§ 3º — A postulação à filiação ou à associação será feita mediante a apresentação por três membros, devendo ser encaminhada pela Diretoria, com parecer, à aprovação da Assembléia.

CAPÍTULO IV

Da Organização

Art. 5º — A ANPUR é composta dos seguintes órgãos:

I. Assembléia Geral;

II. Diretoria;

III. Conselho Fiscal.

§ 1º — A Assembléia Geral, órgão soberano, é constituída pelo Presidente da ANPUR que a preside e por representantes de todos os membros da ANPUR, conforme os parágrafos 1º e 2º do artigo 4º.

§ 2º — A representação na Assembléia Geral far-se-á na proporção de três (3) representantes por membro filiado e um (1) representante por membro associado.

§ 3º — A Diretoria, é composta de um Presidente, um Secretário-Executivo e três (3) diretores, eleitos pela Assembléia Geral, com mandato de dois anos, observado o disposto no parágrafo único do art. 2º.

§ 4º — O Presidente, o Secretário-Executivo e, pelo menos, um dos três Diretores, deverão pertencer a programas ou entidades que sejam membros filiados.

§ 5º — O Conselho Fiscal é composto de três (3) membros, eleitos pela Assembléia Geral.

Art. 6º — A Diretoria, sempre com a totalidade de seus membros, reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos uma vez por semestre e extraordinariamente, por convocação do Presidente ou por três de seus membros.

Art. 7º — Compete à Assembléia Geral:

- a) estabelecer as linhas gerais de atuação da ANPUR;
- b) examinar e aprovar os Planos de Trabalho e os programas formulados pela Diretoria;
- c) eleger os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- d) aprovar a filiação ou associação de novas entidades;

- e) modificar o Estatuto;
- f) aprovar o relatório anual da Diretoria;
- g) aprovar as contas da ANPUR, mediante parecer do Conselho Fiscal; e
- h) aprovar a proposta orçamentária elaborada pela Diretoria.

Parágrafo Único — A Assembléia geral poderá ser convocada extraordinariamente por solicitação da maioria dos membros da Associação.

Art. 89 — Compete à Diretoria:

- a) formular programas de atividades;
- b) elaborar a proposta orçamentária;
- c) estabelecer convênios, acordos, contratos e aceitar doações;
- d) supervisionar a execução dos programas e orçamentos;
- e) promover e apoiar a criação de grupos de trabalho;
- f) fixar as atribuições dos Diretores;
- g) encaminhar à Assembléia Geral, com parecer, proposta de filiação ou associação de novos programas e instituições; e
- h) submeter as contas ao Conselho Fiscal.

Art. 99 — Compete ao Presidente:

- a) presidir as reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral, com direito ao voto de desempate;
- b) representar a ANPUR ou fazer-se representar;
- c) zelar pela consecução de suas finalidades;
- d) assinar convênios, acordos, contratos ou compromissos de qualquer natureza;

- e) admitir e demitir funcionários;
- f) movimentar, juntamente com o Secretário-Executivo, contas bancárias, assinando cheques e recibos da ANPUR; e
- g) representar a ANPUR, em juízo ou fora dele.

Art. 10 — Compete ao Secretário-Executivo cumprir as decisões da Diretoria e da Assembléia Geral, incumbindo-lhe coordenar os serviços técnicos, administrativos e financeiros da ANPUR e substituir o Presidente em seus impedimentos.

Parágrafo Único — No caso de impedimento definitivo do Presidente, o Secretário-Executivo acumulará a presidência da ANPUR até a instalação da próxima Assembléia Geral na qual será eleito o Novo Presidente para completar o mandato.

Art. 11 — No impedimento do Secretário-Executivo cabe à Diretoria indicar o seu substituto, respeitado o disposto no parágrafo único do art. 2º.

Art. 12 — Compete ao Conselho Fiscal examinar e dar parecer sobre os procedimentos contábeis e financeiros apresentados pela Diretoria.

Art. 13 — Os recursos da ANPUR são os provenientes da contribuição dos filiados e associados, de convênios, de acordos e de outros instrumentos de qualquer natureza, firmados com entidades públicas ou privadas, e doações.

CAPÍTULO V

Das Disposições Gerais

Art. 14 — O presente Estatuto somente poderá ser modificado pela Assembléia Geral por mais de dois terços (2/3)

dos representantes dos membros da ANPUR.

Art. 15 — Os membros da ANPUR não respondem subsidiariamente por quaisquer obrigações que a Diretoria contraia em nome da Associação.

Art. 16 — Os casos omissos neste Estatuto serão decididos pela Diretoria, cabendo recursos à Assembléia Geral, sem efeito suspensivo.

Art. 17 — A dissolução da ANPUR somente poderá ser decidida por dois terços (2/3) dos representantes dos seus membros, em Assembléia Geral, para tal fim especialmente convocada.

§ 1º — Em caso de dissolução, o patrimônio da ANPUR terá destino consonante com suas finalidades.

§ 2º — A dissolução será executada pela Diretoria ou por Comissão Especial criada para tal fim pela Assembléia Geral.

11. MOÇÕES APROVADAS

I — AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Os pesquisadores reunidos no Encontro de Trabalho "Mudanças Sociais no Brasil e a Contribuição da Ciência e Tecnologia para o Planejamento Regional, Urbano e Habitacional", em 26 de junho de 1986, na cidade de Nova Friburgo — Rio de Janeiro, protestam pela elaboração do Plano de Metas em Ciência e Tecnologia na área de Habitação, pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, sem a ampla participação da comunidade acadêmica e científica, que está envolvida com a produção e o ensino do conhecimento na área, e reivindicam a participação dessa comunidade nas próximas discussões referentes às formulações do Plano de Metas em Ciência e Tecnologia.

II — AO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Os docentes e pesquisadores universitários reunidos no Encontro de Trabalho "Mudanças Sociais no Brasil e a Contribuição da Ciência e Tecnologia para o Planejamento Regional, Urbano e Habitacional", realizado em Nova Friburgo — Rio de Janeiro, no dia 26 de junho de 1986, tendo em vista a falta de explicitação de uma política promotora e orçamentária por parte do Ministério da Educação, no âmbito das instituições de pós-graduação e pesquisa, vêm reivindicar que sejam as mesmas contempladas com verbas específicas no orçamento anual, na formulação da nova universidade brasileira.

12. ANEXO

I. AGENDA DO ENCONTRO

II. RELAÇÃO DOS PARTICIPANTES DOS GRUPOS
DE TRABALHO

III. GLOSSÁRIO

ANEXO I

AGENDA

Eventos: I Encontro Nacional da ANPUR e
Encontro de Trabalho: Mudanças Sociais no Brasil e a
Contribuição de Ciência e Tecnologia para o Planeja-
mento Regional, Urbano e Habitacional.

Data — 24 a 27 de junho de 1986

Local — Hotel Fazenda Garlipp, Nova Friburgo - Rio de Janei-
ro-RJ.

Dia 24/06

14:00 às 16:30 — Chegada e Instalação no local.

17:30 às 20:00 — Sessão de Abertura.

Apresentação dos documentos preliminares:

- . Estudos sobre a Questão Regional
Wilson Cano/Leonardo Guimarães
(Inst. de Economia/UNICAMP)
- . Elementos para avaliação do estágio atual
das pesquisas ligadas ao Planejamento Ur-
bano
Celso Monteiro Lamparelli (FAUUSP e FUN-
DAP)
- . Pesquisa em Ciência e Tecnologia (área de
tecnologia de habitação)
Erminia Maricato (FAUUSP) *et alii*
- . Balanço Quantitativo da Produção Técnico-
-Científica em Planejamento Regional, Ur-
bano e Habitacional (1980/1986)
Rainer Randolph (PUR/UFRJ) e Ester Limo-
nad.

20:00 às 21:00 — Intervalo.

21:00 — Assembléia Geral da ANPUR.

Dia 25/06

- 09:00 às 11:00 — Conferência sobre "Política Científica e Tecnológica".
Emílio Haddad - USP.
- 11:00 às 13:00 — Grupos de Trabalho.
- 13:00 às 14:00 — Intervalo.
- 14:00 às 18:00 — Grupos de Trabalho.
- 18:00 às 20:00 — Intervalo.
- 20:00 — Assembléia Geral da ANPUR.

Dia 26/06

- 09:00 às 12:00 — Grupos de Trabalho.
- 12:00 às 14:00 — Intervalo.
- 14:00 às 18:00 — Plenária final - com apresentação dos relatórios dos Grupos de Trabalho.
- 20:00 — Assembléia Geral da ANPUR.

Dia 27/06

- 10:00 às 13:00 — Apresentação do painel "A Questão Urbana e Regional na Constituinte".
Coordenador: Luis Cesar Q. Ribeiro (PUR/UFRJ)
Expositores: Manoel André da Rocha (CNDU)
Maurício Nogueira Batista (CNDU)
Thierry Linard (CNBB)
Bertha Becker (Geociências/UFRJ)
Cândido Malta Campos Filho (FAU/USP)
- 13:00 às 14:00 — Intervalo.
- 15:00 — Partida.

ANEXO II

RELAÇÃO DOS PARTICIPANTES DOS GRUPOS DE TRABALHO

GRUPO DE TRABALHO — PLANEJAMENTO REGIONAL

27 participantes

BAHIA

UFBA

Maria David de Azevedo Rebouças Brandão

CEARÁ

CAEN/UFCE

Roberto Smith

DISTRITO FEDERAL

CNPq

Lucia Maria Cunha Alves de Lima

MINTER

Marília Steinberger

MINAS GERAIS

CEDEPLAR/UFMG

Maria Regina Nabuco

Maurício Lemos

PARÁ

NAEA/UFPA

Raul da Silva Navegantes

Raymundo Heraldo Mauês

PARAÍBA

UFPB/MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Ana Maria Quiroga Fausto Neto

PERNAMBUCO

CONDEPE

Maria Mônica de Arruda Andrade

MDU/UFPE

Sílvio Mendes Zanchetti

SUDENE

Ana Cristina de Almeida Fernandes

RIO DE JANEIRO

FINEP

Maria Teresa Falcão Simpson

Valéria Gonçalves Da Vinha

GEOGRAFIA/PUC

Pedro Geiger

INSTITUTO GEOCIÊNCIAS/UFRJ

Bertha Koifmann Becker

PUR/UFRJ

Carlos Vainer

Hermes Tavares

Lena Lavinas

Rainer Randolph

Rosélia Piquet

RIO GRANDE DO SUL

PROPUR/UFRGS

Carlos Schmidt

SÃO PAULO

FAU/USP

Gilda Collet Bruna

IPT

Marta Ferreira Santos Farah

UNICAMP/INSTITUTO DE ECONOMIA

Leonardo Guimarães

Wilson Cano

GRUPO DE TRABALHO — PLANEJAMENTO URBANO

49 participantes

BAHIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA FAU/UFBA

Maria Helena Matue Ochi Flexor

Pasqualino Romano Magnavita

DISTRITO FEDERAL

CNPq

Geraldo Nogueira Batista

SDU/MDU

Eulália Machado de Carvalho

UNB-PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO

Frederico de Hollanda

Gunter Kohlsdorf

José Galbinski

Neio Lúcio de Oliveira Campos

Ricardo Libanês Farret

MINAS GERAIS

UFMG/MESTRADO DE CIÊNCIAS POLÍTICAS
Sérgio de Azevedo

PARÁ

NAEA/UFPA
Aurilêia Gomes Abelém

PERNAMBUCO

MDU/UFPE
Guilherme Costa Varela
Marcus André Barreto Campelo Melo

SUDENE
Norma Lacerda Gonçalves

RIO DE JANEIRO

BENETT/CURSO DE ECONOMIA POLÍTICA DA URBANIZAÇÃO
Franklin Dias Coelho

BNH
Paulo Magalhães
Zorilda Mascarenhas Ligouri

ELETROBRÁS
Maria Teresa Serra

FAU/UFRJ - CURSO DE URBANISMO
Ione Machado da Silveira

FEA/UFRJ
Fernando Carlos A. Cerqueira

FINEP
Nerine Miriam Leinemann

IBAM

Carlos Nelson Ferreira dos Santos

INSTITUTO GEOCIÊNCIA/UFRJ

Maurício de Almeida Abreu

IUPERJ

Luiz Antonio Machado da Silva

Lícia do Prado Valladares

PUR/UFRJ

Ana Clara Torres Ribeiro

Ester Limonad

João Rovatti

Luiz Cesar Queiroz Ribeiro

Martim Oscar Smolka

UERJ/ICH/NEPES

Maria Josefina G. Sant'Anna

RIO GRANDE DO SUL

PROPUR/UFRGS

Iara Regina Castello

Moema de Castro Debiagi

Oberon da Silva Mello

SANTA CATARINA

IPUF

Otavio Franco Fortes

SÃO PAULO

CEPAM

Fernando José Vidal Alvarenga

EMPLASA

Sonia Villar Campos

FGV/CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E PLANEJAMEN
TO URBANO

Maria Rita Garcia Loureiro Durand

Pedro Jacobi (NERU)

FAUUSP/PROGRAMA DE MESTRADO DE ESTRUTURAS AMBIENTAIS E URBA
NAS

Cândido Malta Campos Filho

Celso Monteiro Lamparelli

Elide Monseglio

Jorge de Rezende Dantas

Lúcio Grinnover

NERU

Maria Cristina da Silva Leme

PUC/NÚCLEO DE ESTUDOS URBANOS DO DEPTO. DE SOCIOLOGIA

Maura Pardini Bicudo Vêras

UNICAMP

Maria Coleta Ferreira Albino de Oliveira

Maria Flora Gonçalves

USP

Emílio Haddad

GRUPO DE TRABALHO — PLANEJAMENTO HABITACIONAL

BAHIA

CEPED

Célia Maria Martins Neves

FAU/UFBA/PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Mário Mendonça de Oliveira

Susana Acosta Olmos

SETRABES

Bruno Dauster Magalhães e Silva

DISTRITO FEDERAL

CNPq

Maria Ângela Cunico

UNB/DEPTO. DE ARQUITETURA

Benamy Turkienicz

MINAS GERAIS

CETEC

Ricardo Mendes Mineiro

UFMG/CURSO DE URBANISMO

Henrique Osvaldo de Campos

PERNAMBUCO

MDU/UFPE

Luis de La Mora

Vera Lúcia Mayrinck de Melo Fonseca

RIO DE JANEIRO

BNH

Jorge Arraes

COPPE/UFRJ/ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

Nilton Vargas

FINEP

Elizabete Pinto Guedes

Fernando de Nielandts Ribeiro

RIO GRANDE DO SUL

NORIE/UFRGS

Syllas Grazzia

PROPAR/UFRGS

Carlos Eduardo Dias Comas

Juan Luis Mascaró

SÃO PAULO

CONESP

João Honório de Mello Filho

EBA

Nabil Georges Bonduki

ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS

João Cesar Hellmeister

FAU/USP/PROGRAMA DE MESTRADO DE ESTRUTURAS AMBIENTAIS E URBANAS

Erminia Maricato

Jorge Hajime Oseki

Paulo Cesar Xavier Pereira

IPT

Caio Fabio Attadia da Motta

Roberto de Sousa

USP/ESCOLA POLITÉCNICA

Alex Kenya Abiko

OUTROS PARTICIPANTES

Celso Alves da Cruz — Chefe do Departamento de Desenvolvimento Regional e Social da FINEP.

Djalma Bom — Deputado Federal, presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara.

Gervásio Cardoso de Oliveira Filho — Secretário Executivo do CNDU.

Manoel André da Rocha — Professor da UFRGS e Consultor da CNDU

Márcio Miller Santos — Diretor do Departamento de Estudos e Pesquisas Aplicadas-DEPEA/BNH.

Maurício Nogueira Batista — Coordenador da Coordenadoria de Política e Legislação Urbana do CNDU.

Reynaldo Guimarães — Diretor da FINEP.

Pe. Thierry Linard — IBRADES.

ANEXO III
GLOSSÁRIO

ANPUR	— Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional.
ANPOCS	— Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.
BNH	— Banco Nacional de Habitação.
CAEN/UFCE	— Curso de Mestrado de Economia da Universidade Federal do Ceará.
CEDEPLAR/UFMG	— Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais.
CEPAM	— Centro de Planejamento da Área Metropolitana Fundação Faria Lima - São Paulo.
CEPED	— Centro de Pesquisa e Desenvolvimento do Estado da Bahia.
CETEC	— Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais Governo do Estado de Minas Gerais - Secretaria do Estado Ciência e Cultura.
CNBB	— Confederação Nacional dos Bispos do Brasil.
CNDU	— Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano.
CNPq	— Conselho Nacional de Pesquisa.
COPPE/UFRJ	— Coordenação de Programas de Pós-Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CONDEPE	— Instituto de Desenvolvimento de Pernambuco.
CONESP	— Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo.
DEPEA/BNH	— Departamento de Estudos e Pesquisas Aplicadas do BNH.
EMPLASA	— Empresa Metropolitana da Grande São Paulo.
FAU/USP	— Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
FAU/UFBA	— Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia.
FAU/UFRJ	— Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
FEA/UFRJ	— Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
FINEP	— Financeira de Estudos e Projetos.
FUNDAP	— Fundação do Desenvolvimento Administrativo do Estado de São Paulo.
IBAM	— Instituto Brasileiro de Administração Municipal.
IBGE	— Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IBRADES	— Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social.
IPT	— Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo.

IPUF	— Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis - Prefeitura do Município de Florianópolis.
IUPERJ	— Instituto Universitário de Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro.
MDU/UFPE	— Mestrado de Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco.
MINTER	— Ministério do Interior.
NAEA/UFPA	— Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará.
NERU	— Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos.
NORIE/UFRGS	— Núcleo Orientado para Inovação da Edificação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
PROPAR/UFRGS	— Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
PROPUR/UFRGS	— Programa de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
PUC/RJ	— Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
PUC/SP	— Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
PUR/UFRJ	— Programa de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
SDU/MDU	— Secretaria de Desenvolvimento Urbano - Ministério

tério de Desenvolvimento Urbano.

SETRABES	— Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social do Estado da Bahia.
SERSE	— Secretaria Especial da Região SUDESTE do Ministério do Interior.
SUDENE	— Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.
UERJ	— Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
UFBA	— Universidade Federal da Bahia.
UFCE	— Universidade Federal do Ceará.
UFF	— Universidade Federal Fluminense.
UFMG	— Universidade Federal de Minas Gerais.
UFPA	— Universidade Federal do Pará.
UPPB	— Universidade Federal da Paraíba.
UFRJ	— Universidade Federal do Rio de Janeiro.
FRGS	— Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
UnB	— Universidade de Brasília.
USP	— Universidade de São Paulo.

ENCONTRO DE TRABALHO: MUDANÇAS SOCIAIS NO BRASIL E A CONTRIBUIÇÃO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA O PLANEJAMENTO REGIONAL, URBANO E HABITACIONAL.

Participaram da definição, concepção e organização do Encontro, em seus diferentes momentos:

ANPUR

Martim Oscar Smolka
Mônica Maria Coelho Fernandes
Ricardo Libanês Farret

BNH

Emídio Quaresma
Márcio Miller Santos
Paulo Magalhães

CNDU

Maurício Nogueira Batista

CNPq

Geraldo Nogueira Batista

FINEP

Celso Alves da Cruz
Elizabeth Pinto Guedes

Impresso na Gráfica do IEI/UFRJ
Av. Pasteur, 250 - C.P. 56028
CEP 22290 - Rio de Janeiro - Tel.: 295-4295